

Pregão Eletrônico N° 90543/2024 (Lei 14.133/2021)
UASG 925373 - SUPERINTEND.ESTAD.DE COMPRAS E LICITAÇÕES-RO

Critério julgamento: Menor Preço / Maior Desconto Modo disputa: Aberto



Disputa Julgamento Habilitação Fase Recursal Adjudicação/ Homologação

5 CLASSIFICAÇÃO DE PRODUTO (MATERIAL)
Sem benefícios ME/EPP
S2 Julgado e habilitado (aguardando adjudicação)

Qtde solicitada: 1
Valor estimado (unitário) R\$ 303.590,4700



Você está visualizando os recursos da 1ª sessão do item

Sessão do Julgamento/Habilitação

Data limite para recursos
14/07/2025
Data limite para decisão
05/08/2025

Data limite para contrarrazões
17/07/2025

Recursos e contrarrazões

33.608.025/0001-21
FTE COMERCIO E SERVICOS LTDA
Recurso: cadastrado

Intenção de recurso

Intenção de recurso da habilitação de propostas registrada às 11:35 de 09/07/2025

Recurso

RECURSO ADMINISTRATIVO FTE 1407.pdf 14/07/2025 22:38:32

Contrarrazões

45.919.060/0001-40
SOLIMOES LTDA
Contrarrazão registrada

Decisão do pregoeiro

Nome NOME	Decisão tomada procede	Data decisão 10/10/2025 12:08
--------------	---------------------------	----------------------------------

Fundamentação
ATA DE REUNIÃO DE JULGAMENTO DO RECURSO REFERENTE AO PREGÃO ELETRÔNICO N° 90543/2024/SUPEL/RO PROCESSO ADMINISTRATIVO N°.: 0009.004523/2024-21/DER-RO OBJETO: Registro de Preços para futura e eventual aquisição de materiais de construção civil (Básico, Elétrico, Hidrossanitário e Cabeamento Estruturado) destinados à execução direta de serviços comuns de engenharia, visando atender às demandas das residências regionais e usinas de asfalto vinculadas ao Departamento de Estradas de Rodagem de Rondônia – DER/RO. A Comissão de Licitação, reunida para fins de julgamento dos recursos administrativos interpostos no âmbito do Pregão supracitado, passa à análise técnica e jurídica do recurso apresentado pela empresa FTE COMÉRCIO E SERVIÇOS LTDA, o qual impugna a habilitação da empresa SOLIMÕES LTDA nos Lotes 01, 04, 05, 06 e 13 do certame. Após exame minucioso das razões recursais, das contrarrazões apresentadas e dos documentos constantes nos autos, restaram evidenciadas inconsistências que impedem a manutenção da habilitação da empresa SOLIMÕES LTDA, conforme se expõe a seguir: I - DOS FATOS PRELIMINARES 1) A empresa FTE COMERCIO E SERVICOS LTDA - CNPJ: 33.608.025/0001-21, tempestivamente, manifestou a intenção de recorrer em campo próprio da plataforma de licitações COMPRAS.GOV (www.gov.br/compras). 2) RECURSO ADMINISTRATIVO – interposto, tempestivamente, pela empresa FTE COMERCIO E SERVICOS LTDA, contra o resultado do julgamento da habilitação da Empresa SOLIMÕES LTDA, referente ao PREGÃO ELETRÔNICO N° 90543/2024/SUPEL/RO. 3) CONTRARRAZÕES – apresentado tempestivamente pela empresa SOLIMÕES LTDA - CNPJ: 45.919.060/0001-40 em campo próprio da plataforma de licitações COMPRAS.GOV (www.gov.br/compras). 4) Recurso administrativo com base na Lei Federal nº 14.133 de 1º de abril de 2021. II - DAS FORMALIDADES Cumpridas as formalidades legais, registra-se que foi cientificado as demais licitantes da existência e trâmite do RECURSO ADMINISTRATIVO interposto, conforme comprovam os documentos acostados ao Processo Licitatório retro identificado, divulgado o Recurso (0062470437) na íntegra através da sala eletrônica da sessão pública - plataforma de licitações COMPRASGOV (www.gov.br/compras). Em observância ao princípio da garantia recursal previsto na Lei nº 14.133/2021, notadamente em seu artigo 165, verifica-se que o recurso interposto atende aos pressupostos legais de legitimidade, sucumbência e tempestividade, conforme documentação constante nos autos. Considerando que as

razões recursais foram apresentadas dentro do prazo legal, por meio do sistema Compras.gov, a autoridade competente, à luz do §2º do referido artigo, recebe e conhece dos recursos, por estarem preenchidos os requisitos de admissibilidade, sendo considerados TEMPESTIVOS e interpostos pelo meio adequado, em conformidade com a Lei de Licitações e Contratos Administrativos. III - DAS ALEGAÇÕES DO RECURSO ADMINISTRATIVO - FTE COMERCIO E SERVICOS LTDA (...)

II- SÍNTESE DAS RAZÕES RECURSAIS A empresa, ora recorrente, participou juntamente com outras licitantes do certame Pregão Eletrônico 90543/2024/SUPEL/RO, promovido por este órgão, que objetiva o Registro de Preços para futura e eventual aquisição de materiais de construção civil (Básico, Elétrico, Hidrossanitário e Cabeamento Estruturado) destinados à execução direta de serviços comuns de engenharia, visando atender às demandas das residências regionais e usinas de asfalto vinculadas ao Departamento de Estradas de Rodagem de Rondônia – DER/RO. Da licitação, sagrou-se vencedora a empresa SOLIMOES LTDA para os LOTES 01, 04, 05, 06 e 13 e a empresa ART COMERCIO E SERVICOS LTDA sagrou-se vencedora para os LOTES 02, 03, 07, 08, 09, 10, 11 e 12, todavia, ao observar a documentação da empresa SOLIMÕES LTDA, observa-se que esta não atende aos requisitos do Edital, uma vez que não comprovou a sua qualificação técnica em compatibilidade com os lotes vencidos na licitação, haja vista que comprova apenas o fornecimento anterior de insumos como Brita, Areia, Cimento, Pedrisco, Pó de brita e Pedra Mão, ao passo que o fornecimento na referida licitação inclui diversos insumos e materiais para acabamento, o que não restou comprovado o fornecimento anterior em características e quantidades pela empresa ora vencedora. Ainda no que se refere à proposta apresentada, tem-se que a empresa Solimões, ora, recorrida, indica desconto de 29% sobre os preços de referência da tabela SINAPI para o lote 1 (Porto Velho e Extrema), resultando no valor de R\$ 1.111.380,33. Sendo assim, o valor proposto corresponde a aproximadamente R\$ 0,71 por cada R\$ 1,00 do orçamento-base, o que configura indício de inexequibilidade se não demonstrada a viabilidade técnica e financeira, sobretudo porque o próprio Termo de Referência destaca necessidade de materiais “de alta qualidade e durabilidade”. A proposta indica ainda BDI de apenas 13% e encargos sociais de 0%. Contudo, o SINAPI para Porto Velho/RO fixa encargos sociais em patamares de 95,37% com desoneração para horistas e 54,04% para mensalistas, o que configura mais uma irregularidade na composição dos custos da proposta da empresa. Além disso, necessário revelar que a empresa SOLIMÕES LTDA, apesar de apresentar Declaração informando que cumpre com a obrigatoriedade legal de reserva de vaga e de cotas para pessoas com deficiência, não comprova tal informação através de emissão da certidão junto ao Ministério do Trabalho e Emprego (MTE). A empresa apresenta ainda balanço patrimonial com inconsistências nos sucessivos aumentos de capital social, considerando uma possível simulação da integralização em moeda corrente para obter vantagens na licitação, omitindo a real situação financeira da licitante, além de ter apresentado CNPJ indevidamente como ME, já que, como demonstrado no DRE de 2023, as receitas auferidas pela empresa ultrapassam os 360.000,00 anuais, devendo esta ser reenquadrada como EPP na JUCER e na RECEITA FEDERAL desde 2023. Por tais razões e motivações, passo então ao tópico posterior com a matéria de direito e comprovação das razões expostas.

II – DAS RAZÕES PARA A DESCLASSIFICAÇÃO E INABILITAÇÃO DA EMPRESA SOLIMOES LTDA. II.1 - NÃO OBSERVÂNCIA AO PRINCÍPIO DA VINCULAÇÃO AO INSTRUMENTO CONVOCATÓRIO. AUSÊNCIA DE QUALIFICAÇÃO TÉCNICA. NÃO APRESENTAÇÃO DE ATESTADOS DE CAPACIDADE TÉCNICA COMPATÍVEIS COM O OBJETO E QUANTITATIVOS LICITADOS. Diante disso, a manutenção da habilitação da empresa incorre em clara inobservância dos princípios e da legislação que rege os procedimentos licitatórios, especialmente os princípios da legalidade, julgamento objetivo e vinculação ao instrumento convocatório, já que os atestados de capacidade técnica apresentados pela empresa vencedora dos lotes 1, 4, 5, 6 e 13 não possuem similaridade com o objeto licitado, uma vez que, sequer, comprovam fornecimento anterior de insumos de acabamento, muito menos de cabeamento estruturado referente ao lote 13, o que, claramente, não cumpre o exigido. Assim, vejamos a exigência editalícia quanto aos atestados estabelecido no item 12.4.3 do Edital. Vejamos: 12.4. DA QUALIFICAÇÃO TÉCNICA (...) 12.4.3. Atestado de Capacidade Técnica (ACT), Notas Fiscais e/ou outros documentos fiscais, fornecidos por pessoa jurídica de direito público ou privado comprovando o desempenho da licitante em fornecimento de materiais/produtos pertinentes e compatíveis em características e quantidade, conforme detalhamento abaixo: I. A comprovação de compatibilidade em CARACTERÍSTICA se dará por meio da apresentação de atestado de capacidade técnica que evidencie que o participante já forneceu material compatível com o objeto. II. A comprovação de QUANTIDADE se dará por meio da apresentação de atestado de capacidade técnica, que evidencie que o licitante já forneceu material compatível com o objeto a partir do percentual mínimo de 10% (dez por cento) do valor estimado do grupo do qual estiver participando. a) Para os grupos 01, 02, 03, 04, 05, 06 - Apresentar documento comprobatório, em sua individualidade ou soma de atestados, compatível em características e quantidade, com o fornecimento de material de construção enquadrados na categoria BÁSICO e ACABAMENTO, como exemplo: cimento, areia, brita, tinta. A quantidade deverá ser comprovada a partir do percentual mínimo de 10% (dez por cento) do valor estimado individual para cada um dos grupos mencionados; b) Para os grupos 07, 08, 09, 10, 11, 12 - Apresentar documento comprobatório, em sua individualidade ou soma de atestados, compatível em características e quantidade com o fornecimento de material de construção enquadrados na categoria MATERIAL ELÉTRICO, HIDROSSANITÁRIO E FERRAMENTAS, como exemplo: cabos, disjuntores e pontos elétricos; tubos, conexões e peças de utilização hidráulicas e sanitárias; martelo, esquadro, régua de pedreiro, desempenadeira. A quantidade deverá ser comprovada a partir do percentual mínimo de 10% (dez por cento) do valor estimado individual para cada um dos grupos mencionados; e c) Para o grupo 13 - Apresentar documento comprobatório, em sua individualidade ou soma de atestados, em sua individualidade ou soma de atestados, compatível em características e quantidade com o fornecimento de material de construção enquadrados na categoria CABEAMENTO ESTRUTURADO/LÓGICO, como exemplo: cabos, tubos, conectores e tomadas de rede lógica. A quantidade deverá ser comprovada a partir do percentual mínimo de 10% (dez por cento) do valor estimado individual para cada um dos grupos mencionados. Assim, os atestados apresentados pela empresa SOLIMÕES referem-se tão somente ao fornecimento de Brita, Areia, Cimento, Pedrisco, Pó de brita e Pedra Mão, em desconformidade com o estabelecido no edital e o previsto no Artigo 67, §2º, II da Lei 14.133/2021, o que resulta na sua desclassificação por desatender às cláusulas previstas no instrumento convocatório. O Princípio da vinculação ao Edital, é regente do certame licitatório, sendo princípio consagrado no art. 5º da Lei nº 14.133/2021. Vejamos: Art. 5º Na aplicação desta Lei, serão observados os princípios da legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da publicidade, da eficiência, do interesse público, da probidade administrativa, da igualdade, do planejamento, da transparência, da eficácia, da segregação de funções, da motivação, da vinculação ao edital, do julgamento objetivo, da segurança jurídica, da razoabilidade, da competitividade, da proporcionalidade, da celeridade, da economicidade e do desenvolvimento nacional sustentável, assim como as disposições do Decreto-Lei nº 4.657, de 4 de setembro de 1942 (Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro). (Grifamos)

Este princípio assegura a todos os participantes do processo licitatório que as normas estabelecidas no instrumento convocatório sejam estritamente observadas, sob pena de transgressão ao referido princípio da vinculação ao edital. Referido princípio assegura que o edital possui força normativa entre as partes, sendo imperativo que todos os participantes se submetam às disposições ali consignadas, configurando-se como um dos alicerces fundamentais em qualquer procedimento licitatório. Ademais, a Lei nº 14.133/2021 prevê, de forma obrigatória, que o Edital estipule as condições para participação na licitação, vejamos o disposto no artigo abaixo reproduzido: Art. 25. O edital deverá conter o objeto da licitação, e as regras relativas à convocação, ao julgamento, à habilitação, aos recursos e às penalidades da licitação, à fiscalização e à gestão do contrato, à entrega do objeto e às condições de pagamento. A Administração Pública em sua atuação, entre outros deveres, impõe-se especificar os requisitos a serem atendidos por licitantes que pretendem contratar com o Poder Público. Por isso, a Lei nº 14.133/2021, estabelece um rol de exigências de modo a assegurar que seja selecionado um contratante com a capacidade que lhe permita bem desempenhar o objeto licitado. Sendo o Edital a lei interna da licitação, nele devem constar as condições para habilitação dos interessados em participar do processo. Dessa forma, as condições de classificação e habilitação devem estar expressamente previstas no edital de licitação e anexos, o seu instrumento-matriz que, como tal, vincula inteiramente a Administração e os licitantes a seus termos e condições. São essas exigências que permitem assegurar que o objeto do contrato será devidamente atendido pelo licitante vencedor e, por decorrência, afastar aqueles que não dispõem de condições para executar satisfatoriamente o objeto licitado. Trata-se, na verdade, de princípio inerente a toda licitação e que evita não só futuros descumprimentos das normas do edital, mas também o descumprimento de diversos outros princípios atinentes ao certame, tais como o da transparência, da igualdade, da impessoalidade, da publicidade, da moralidade, da probidade administrativa e do julgamento objetivo. Nesse sentido, vale citar a lição de Maria Sylvia Zanella Di Pietro: Trata-se de princípio essencial cuja inobservância enseja nulidade do procedimento. Além de mencionado no art. 3º da Lei nº 8.666/93, ainda tem seu sentido explicitado, segundo o qual “a Administração não pode descumprir as normas e condições do edital, ao qual se acha estritamente vinculada”. E o artigo 43, inciso V, ainda exige que o julgamento e classificação das propostas se façam de acordo com os critérios de avaliação constantes do edital. O princípio dirige-se tanto à Administração, como se verifica pelos artigos citados, como aos licitantes, pois estes não podem deixar de atender aos requisitos do instrumento convocatório (editais ou carta-convite); se deixarem de apresentar a documentação exigida, serão considerados inabilitados e receberão de volta, fechado, o envelope-proposta (art. 43, inciso II); se deixarem de atender às exigências concernentes a proposta, serão desclassificados (artigo 48, inciso I). Quando a Administração estabelece, no edital ou na carta convite, as condições para participar da licitação e as cláusulas essenciais do futuro contrato, os interessados apresentarão suas propostas com base nesses elementos; ora, se for aceita proposta ou celebrado contrato com desrespeito às condições previamente estabelecidas, burlados estarão os princípios da licitação, em especial o da igualdade entre os licitantes, pois aquele que se preendeu aos termos do edital poderá ser prejudicado pela melhor proposta apresentada por outro licitante que os desrespeitou. Também estariam descumpridos os princípios da publicidade, da livre competição e do julgamento objetivo com base em critérios fixados no edital. DI PIETRO, Maria Sylvia Zanella. Direito Administrativo. 23ª edição – São Paulo: Atlas, 2010. Visto isso, é certo que, caso seja mantida a habilitação com a consequente contratação de empresa que desrespeitou as condições previamente estabelecidas em edital, mesmo que seja do licitante com a melhor proposta, prejudicados ficam os licitantes que se prenderam aos termos do instrumento convocatório, ferindo também o princípio da igualdade entre os licitantes, além de outros princípios inerentes ao processo licitatório. Como se vê, o princípio da vinculação ao instrumento convocatório, ao mesmo tempo em que privilegia a transparência do certame, garantindo a plena observância dos princípios da igualdade, impessoalidade, publicidade, moralidade e probidade administrativa, igualmente preceitua que o julgamento das propostas seja o mais objetivo possível, nos exatos termos das regras previamente estipuladas, perpetuando-se tal vinculação durante toda a execução do contrato. Como bem destaca o Advogado da União e Professor, Ronny Charles Lopes de Torres 1, em função do princípio da vinculação ao edital “impõe-se o respeito às normas previamente estabelecidas como regimento do certame. O descato à regra editalícia pode tornar o procedimento inválido, pela presunção de prejuízo à competitividade e à isonomia.” Como dito, o princípio da vinculação ao edital restringe a Administração Pública às regras editalícias, sendo que, no caso em tela, a medida cabível não é outra senão a desclassificação da empresa Solimões, uma vez que não comprovou a capacidade técnica para fornecer o objeto licitado. Partindo dessa premissa, a jurisprudência do Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia, bem como dos demais Tribunais, entendem que o descumprimento de normas editalícias fere o princípio da vinculação ao Instrumento Convocatório, e consequentemente, recai na desclassificação de licitantes que descumpram o previsto no edital de licitação, conforme se verifica abaixo: Apelação. Mandado de Segurança. Inabilitação. Processo licitatório. Nulidade do contrato. Descumprimento das normas editalícias. Requisitos de qualificação econômico-financeira e capacidade técnica Princípio da vinculação ao edital. Recurso improvido. Impõe-se, pelos princípios da vinculação ao instrumento convocatório e do julgamento objetivo, a desclassificação do licitante que não observou exigência prevista no edital. É nula a homologação e ilegal a contratação de empresa que deixou de cumprir fielmente itens estampados no edital, notadamente quanto à qualificação econômico-financeira e capacidade técnica exigida para sua habilitação não havendo regularidade na documentação exigida, os precedentes judiciais têm mantido as decisões de inabilitação em licitações. APELAÇÃO CÍVEL, Processo nº 7034404- 73.2017.822.0001, Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia, 2ª Câmara Especial, Relator (a) do Acórdão: Des. Miguel Monico Neto, Data de julgamento: 31/03/2021. (TJ-RO - AC: 70344047320178220001, Relator: Des. Miguel Monico Neto, Data de Julgamento: 31/03/2021). (Destacamos). Apelação. Mandado de segurança. Licitação. Pregão eletrônico. Inabilitação da empresa licitante por ausência de apresentação de atestado de capacidade técnica. Excesso de formalismo. Não configurado. Princípio da vinculação ao instrumento convocatório. Segurança denegada. Decisão mantida. Cabe ao licitante apresentar os documentos tal como lhe são exigidos no edital, quando da apresentação da proposta,

conforme se exige de todos os participantes igualmente. Recurso não provido. APELAÇÃO CÍVEL, Processo nº 7000325-22.2023.822.0013, Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia, 2ª Câmara Especial, Relator (a) do Acórdão: Des. Hiram Souza Marques, Data de julgamento: 08/11/2023 (TJ-RO - APELAÇÃO CÍVEL: 7000325- 22.2023.8.22.0013, Relator: Des. Hiram Souza Marques, Data de Julgamento: 08/11/2023) (Destacamos). DIREITO ADMINISTRATIVO E CIVIL. MANDADO DE SEGURANÇA. APELAÇÃO CÍVEL. PREGÃO PRESENCIAL PARA CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS DE SONORIZAÇÃO E ILUMINAÇÃO. INABILITAÇÃO DE LICITANTE. EXIGÊNCIAS EDITALÍCIAS. OBSERVÂNCIA DOS PRINCÍPIOS DA LEGALIDADE, VINCULAÇÃO AO INSTRUMENTO CONVOCATÓRIO, ISONOMIA, RAZOABILIDADE E PROPORCIONALIDADE. AUSÊNCIA DE COMPROVAÇÃO DE CAPACIDADE TÉCNICA CONFORME O EDITAL. MANUTENÇÃO DA SENTENÇA QUE DENEGOU A SEGURANÇA. APELAÇÃO CONHECIDA E DESPROVIDA. 1. O edital de licitação, como lei interna que rege o certame, vincula tanto a administração quanto os participantes, devendo as exigências editalícias ser observadas sob pena de comprometimento da isonomia e da seleção da proposta mais vantajosa. 2. A inabilitação do licitante que não atende às exigências de capacitação técnica especificadas no edital está em consonância com o princípio da vinculação ao instrumento convocatório, além de observar os princípios da legalidade, da isonomia, da razoabilidade e da proporcionalidade. 3. Precedentes do TJRN (AC nº 0801478-70.2021.8.20.5133, Des. Virgílio Macêdo, Segunda Câmara Cível, JULGADO em 23/01/2024, PUBLICADO em 23/01/2024). 4. Apelação conhecida e desprovida. ACÓRDÃO Vistos, relatados e discutidos estes autos, em que são partes as acima nominadas. Acordam os Desembargadores que integram a Segunda Câmara Cível deste Egrégio Tribunal de Justiça, em Turma, por unanimidade de votos, em consonância com o parecer de Dra. Sayonara Café de Melo, Décima Quarta Procuradora de Justiça, Décima Procuradora de Justiça, conhecer e negar provimento ao apelo, mantendo-se a sentença em todos os fundamentos, nos termos do voto do Relator, parte integrante deste. APELAÇÃO CÍVEL. Gab. Des. Virgílio Macêdo na Câmara Cível. Segunda Câmara Cível, julgado em 28/05/2024. (Destacamos). Nota-se que, é pacífico entendimento de que o não atendimento às exigências editalícias quanto à sua qualificação técnica, é considerado ilegal e fere o princípio da Vinculação ao Instrumento Convocatório. Desse modo, é notório o descumprimento da empresa vencedora aos requisitos estabelecidos no edital de licitação, no que se refere, ainda, à comprovação da realização de atividade anterior compatível em objeto e quantidade, restando como medida a sua inabilitação, sob pena de inobservância aos princípios administrativos e a consequente invalidação do certame. Vale, ainda, ressaltar que o atendimento às exigências previstas no edital, buscam assegurar a administração de eventual inexecução contratual. Diante disso, torna-se imperativo que Vossa Senhoria, na qualidade de Pregoeira, promova a inabilitação da empresa SOLIMÕES em razão da não comprovação da qualificação técnica exigida através de atestados compatíveis ao objeto que se pretende contratar (Insumos matérias e acabamento), caracterizando descumprimento do edital, uma vez que está caracterizado que os atestados apresentados não comprovam fornecimento anterior do material ora licitado, o que demanda a inabilitação da empresa SOLIMÕES e consequente convocação da empresa subsequentemente classificada. II.2 – A APRESENTAÇÃO DE BALANÇOS PATRIMONIAIS IRREAIS. INCONSISTÊNCIAS NA DEMONSTRAÇÃO DA ATUAL SITUAÇÃO FINANCEIRA DA LICITANTE SOLIMÕES LTDA. Outra obrigação e não menos importante que a comprovação da capacidade técnica, é a obrigação de comprovação da qualificação econômico-financeira, através da saúde financeira da empresa que fornece produtos ou serviços para a administração pública. Nesse sentido a Lei 14.133/21 e o instrumento editalício para o presente certame exigiram que fosse apresentado os 2 últimos balanços da empresa que retratem a sua atual e real condição financeira. Veja-se o que estabelece a Lei 14.133/21 referente a habilitação econômico-financeira: Art. 69. A habilitação econômico-financeira visa a demonstrar a aptidão econômica do licitante para cumprir as obrigações decorrentes do futuro contrato, devendo ser comprovada de forma objetiva, por coeficientes e índices econômicos previstos no edital, devidamente justificados no processo licitatório, e será restrita à apresentação da seguinte documentação: I - balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis dos 2 (dois) últimos exercícios sociais; II - certidão negativa de feitos sobre falência expedida pelo distribuidor da sede do licitante. § 1º A critério da Administração, poderá ser exigida declaração, assinada por profissional habilitado da área contábil, que ateste o atendimento pelo licitante dos índices econômicos previstos no edital. § 2º Para o atendimento do disposto no caput deste artigo, é vedada a exigência de valores mínimos de faturamento anterior e de índices de rentabilidade ou lucratividade. § 3º É admitida a exigência da relação dos compromissos assumidos pelo licitante que importem em diminuição de sua capacidade econômico-financeira, excluídas parcelas já executadas de contratos firmados. § 4º A Administração, nas compras para entrega futura e na execução de obras e serviços, poderá estabelecer no edital a exigência de capital mínimo ou de patrimônio líquido mínimo equivalente a até 10% (dez por cento) do valor estimado da contratação. § 5º É vedada a exigência de índices e valores não usualmente adotados para a avaliação de situação econômico-financeira suficiente para o cumprimento das obrigações decorrentes da licitação. § 6º Os documentos referidos no inciso I do caput deste artigo limitar-se-ão ao último exercício no caso de a pessoa jurídica ter sido constituída há menos de 2 (dois) anos. Vejamos as regras Editalícias do Instrumento Convocatório do presente certame: QUALIFICAÇÃO ECONÔMICA-FINANCEIRA b.2.) Capital mínimo ou Patrimônio Líquido correspondente a 10% (dez por cento) do Valor Estimado do Lote, visando garantir que as empresas participantes dos processos licitatórios tenham recursos financeiros adequados para cumprir as obrigações contratuais, conforme exposto no Estudo Técnico Preliminar (0058893610), onde: b.2.1) Considerando o disposto na Nota Técnica no 1/2024/CGERELACAOINTERIST, que orienta a reserva do valor estimado do lote, essa margem se faz necessária para garantir a flexibilidade financeira frente a imprevistos e variações no mercado, especialmente para itens que compõem o orçamento público, que estão sujeitos a flutuações e à inflação do setor de construção civil. b.2.2) A aplicação desse percentual visa assegurar a cobertura de variações inesperadas nos custos dos insumos e materiais relacionados à construção civil, bem como em relação aos serviços associados, alinhando-se à necessidade de previsibilidade orçamentária e à eficiência na execução do contrato. Esse valor adicional serve como uma medida de prudência para absorver possíveis ajustes financeiros, evitando atrasos ou interrupções na execução do objeto do contrato devido a eventuais insuficiências orçamentárias. b.2.3) Além disso, o valor reservado contribui para que as contratações possam absorver adequadamente aumentos de custo decorrentes de fatores externos, tais como oscilações cambiais e variações nas tabelas de preços oficiais, como a SINAPI, que refletem as condições de mercado. b.2.4) Capital mínimo ou Patrimônio Líquido correspondente a 10% (cinco por cento) do valor estimado da contratação. O licitante ora recorrido, apresentou os demonstrativos financeiros (BALANÇOS), onde foi possível verificar que houve várias alterações do contrato social, onde foram realizados aumentos gradativos do capital social a integralizar futuramente e que também não constam no balanço patrimonial e, por sua vez, fazem com que o coeficiente que retrataria a real condição financeira da empresa padeça de transparência, credibilidade e idoneidade. A simulação de aumento de capital social para fins de licitação é uma conduta extremamente grave e acarreta uma série de implicações legais e contábeis para a empresa. Diante disso, analisemos o Histórico dos Aumentos de Capital Social da SOLIMÕES LTDA: (IMAGEM BALANÇO 2023) (IMAGEM BALANÇO 2023, registrado em 11/12/2024) Ao verificar o documento "documento inteiro teor ROC2500133503.pdf", é possível rastrear a evolução do capital social da empresa e as alterações registradas na Junta Comercial do Estado de Rondônia (JUCER/RO). Vejamos: 1. Constituição (05/04/2022): A empresa C S J SERVICOS DE LIMPEZAS LTDA foi constituída com um capital social de R\$ 45.000,00 (quarenta e cinco mil reais), totalmente integralizado em moeda corrente. 2. 2ª Alteração Contratual (30/05/2023): O capital social foi alterado de R\$ 45.000,00 para R\$ 300.000,00 (trezentos mil reais), com a declaração de que o valor foi "totalmente integralizado neste ato em moeda corrente do país". a. documento inteiro teor ROC2500133503.pdf, 2ª Alteração do Contrato Social, Cláusula Primeira "CAPITAL SOCIAL: Neste ato altera o capital social que era de R\$ 45.000,00 (Quarenta e cinco mil reais)... Passando para R\$ 300.000,00 (Trezentos mil reais)... totalmente integralizado neste ato em moeda corrente do país." 3. 3ª Alteração Contratual (05/10/2023): O capital social foi elevado de R\$ 300.000,00 para R\$ 500.000,00 (quinhentos mil reais), também com a declaração de integralização em moeda corrente. Nesta mesma alteração, a denominação social mudou para SOLIMÕES LTDA. a. documento inteiro teor ROC2500133503.pdf, Terceira Alteração Contratual, Cláusula Segunda "o capital social totalmente integralizado em moeda corrente do país, que é no valor de R\$ 300.000,00 (trezentos mil reais), fica elevado para 500.000,00 (quinhentos mil reais)... sendo um aumento de 200.000,00 (duzentos mil reais) integralizado neste em moeda corrente do país" 4. 4ª Alteração Contratual (24/11/2023): O capital social subiu de R\$ 500.000,00 para R\$ 800.000,00 (oitocentos mil reais), com a mesma declaração de integralização em moeda corrente. a. documento inteiro teor ROC2500133503.pdf, Quarta Alteração Contratual, Cláusula Primeira "O capital social totalmente integralizado em moeda corrente do país, que é no valor de R\$ 500.000,00 (quinhentos mil reais), fica elevado para 800.000,00 (oitocentos mil reais)... sendo um aumento de 300.000,00 (trezentos mil reais) integralizado neste em moeda corrente do país" 5. 6ª Alteração Contratual (11/04/2025): O capital social foi novamente aumentado de R\$ 800.000,00 para R\$ 1.000.000,00 (um milhão de reais), com a declaração de integralização em moeda corrente. a. documento inteiro teor ROC2500133503.pdf, Sexta Alteração Contratual, Cláusula Primeira "O capital social totalmente integralizado em moeda corrente do país, que é no valor de R\$ 800.000,00 (oitocentos mil reais), fica elevado para R\$ 1.000.000,00 (um milhão de reais)... sendo um aumento de R\$ 200.000,00 (duzentos mil reais) integralizado neste em moeda corrente do país" No entanto, o que se observa é que, em todas essas alterações, é explicitamente declarado que o aumento de capital foi "totalmente integralizado em moeda corrente do país", todavia, não se observa a integralização de fato, ou seja, o aporte financeiro do dinheiro correspondente ao aumento, o que pode indicar uma possível simulação de aumento de capital social. Apresentar um capital social fictício para demonstrar capacidade econômica e financeira que a empresa não possui, caracteriza-se como fraude ao processo licitatório. Isso se enquadra na apresentação de "declaração falsa" ou "documento falso" para habilitar-se na licitação, com implicações em âmbito. Diante disso, necessária a realização de diligências pela pregoeira ou comissão, já que possuem o poder-dever de apurar a veracidade das informações e documentos apresentados pelos licitantes, podendo realizar uma Análise Aprofundada da Documentação Contábil e Financeira através de parecer contábil especializado. A Lei nº 14.133/2021 (Nova Lei de Licitações e Contratos Administrativos) reforça essa prerrogativa, fundamentado em diversos princípios, como o da Legalidade, Princípio da Moralidade, Princípio da Vinculação ao Instrumento Convocatório, bem como o Poder-Dever de Diligência (Art. 64, § 1º, e Art. 69 da Lei nº 14.133/2021). O Art. 64, § 1º, da Lei nº 14.133/2021, é explícito: "A Administração poderá realizar diligências para verificar a veracidade e a compatibilidade das informações e documentos apresentados no registro cadastral ou na documentação de habilitação." Embora use a palavra "poderá", a doutrina e a jurisprudência entendem que, diante de uma denúncia ou fundada suspeita, essa faculdade se converte em um dever. Já o Art. 69 reforça que "A habilitação econômico-financeira visa a demonstrar a aptidão econômica do licitante para cumprir as obrigações decorrentes do futuro contrato." Se o capital é fictício, não há aptidão econômica real, o que coloca em risco a execução do contrato. O pregoeiro tem o dever de proteger o interesse público. A ausência da efetiva integralização do capital social com as distribuições de lucro dos exercícios anteriores, macula a idoneidade dos balanços apresentados, tornando-os imprestáveis para os fins de atestar a capacidade econômico-financeira real da empresa. A qualificação econômico-financeira, que exige a apresentação de balanços patrimoniais e demais demonstrações contábeis (Art. 69, I, da Lei nº 14.133/2021), visa justamente a aferir a aptidão da empresa para cumprir as obrigações contratuais. Se informações cruciais sobre dívidas ou execuções em andamento foram omitidas ou subnotificadas, isso configura uma manipulação da verdade que pode ter induzido a Administração a erro, comprometendo a segurança jurídica e a economicidade da contratação. A conduta da empresa SOLIMÕES LTDA, ao apresentar possivelmente, balanços patrimoniais que não refletem sua real situação financeira, configura infrações administrativas e, potencialmente, atos lesivos à Administração Pública, com base em diversos diplomas legais: Lei nº 14.133/2021 (Nova Lei de Licitações e Contratos Administrativos): O Art. 155, inciso VIII, é cristalino ao tipificar como infração administrativa a conduta de "apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato". As sanções para tal infração, conforme o Art. 156, incluem: "multa (de 0,5% a 30% do valor do contrato)" e a "declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com toda a Administração Pública, por um período de 3 a 6 anos". Esta última sanção é de extrema relevância para proteger o erário e garantir que empresas que agem com deslealdade sejam afastadas dos processos de contratação pública. A qualificação econômico-financeira, regulada pelo Art. 69, exige a apresentação de balanços patrimoniais e demonstrações contábeis. A omissão de dívidas ou processos de execução em andamento, que impactam a capacidade da empresa de cumprir o contrato, representa uma violação direta a este dispositivo e à boa-fé que se espera de um licitante. Do mesmo modo, a Lei nº 12.846/2013 (Lei Anticorrupção): Esta lei estabelece a responsabilização objetiva (independentemente de dolo ou culpa) de pessoas jurídicas pela prática de atos contra a Administração Pública, nacional ou estrangeira (Art. 1º e 2º). A

apresentação de declaração falsa indevidamente como ME e a possível fraude em balanços patrimoniais pode ser enquadradas como "atos lesivos" à Administração Pública, nos termos do "Art. 5º, inciso IV, alínea "d", que prevê a "fraudar licitação pública ou contrato dela decorrente". Além disso, a omissão de informações financeiras relevantes pode ser interpretada como uma tentativa de "dificultar atividade de investigação ou fiscalização de órgãos, entidades ou agentes públicos" (Art. 5º, inciso V). As sanções previstas na Lei Anticorrupção (Art. 6º) incluem multa (de 0,1% a 20% do faturamento bruto do último exercício) e a publicação extraordinária da decisão condenatória. É crucial ressaltar que a aplicação dessas sanções pela Lei nº 12.846/2013 não exclui as sanções previstas na Lei de Licitações e Contratos Administrativos, nem a responsabilidade individual dos dirigentes ou administradores, ou a responsabilidade criminal (Art. 30 da Lei nº 12.846/2013). Por fim, responsabilização ainda em âmbito Penal (Decreto-Lei nº 2.848/1940, com alterações da Lei nº 14.133/2021), já que a conduta de "fraudar a licitação" é um crime tipificado no Art. 337-L do Código Penal, com pena de reclusão de 4 a 8 anos e multa. A falsidade documental e a omissão de informações financeiras podem se enquadrar perfeitamente nesse tipo penal, especialmente se visarem a obter vantagem indevida. A apuração aprofundada das irregularidades, incluindo a análise minuciosa dos balanços patrimoniais e de todas as declarações prestadas pela empresa SOLIMÕES, é imperativa. A transparência e a veracidade das informações financeiras são a base para a tomada de decisões informadas pela Administração, evitando prejuízos ao erário e garantindo que apenas empresas idôneas e financeiramente capazes contratem com o Poder Público. A omissão de dívidas ou a apresentação de dados financeiros distorcidos não apenas falseia a competição, mas também coloca em risco a execução do contrato e a prestação dos serviços pretendidos.

II.3 - DA NECESSIDADE DE COMPROVAÇÃO DO CUMPRIMENTO DA RESERVA DE COTA PARA PESSOA COM DEFICIÊNCIA. EMISSÃO DE DECLARAÇÃO JUNTO AO MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO. Conforme se verifica no instrumento convocatório o presente certame licitatório é regido pela Lei Federal nº. 14.133, de 2021 e Decreto Estadual nº 28.874/2024, a Lei Complementar nº 123/06, e suas alterações, e demais legislações vigentes, tendo como interessado o Departamento Estadual de Estradas de Rodagem e Transportes - DER/RO, bem como também devem atender ao Princípio da Vinculação ao Instrumento Convocatório, e por consequência, as editalícias. Nesse contexto, se faz imperioso ressaltar que diferente do que se exigia nas licitações regidas pela Lei nº 8.666/93 (revogada) e o Decreto que regulamentava o registro da ata de preço, esta licitação é regida pela Lei Federal nº. 14.133, de 2021 e Decreto Estadual nº 28.874/2024, o qual tornou obrigatória a habilitação social. Art. 62. A habilitação é a fase da licitação em que se verifica o conjunto de informações e documentos necessários e suficientes para demonstrar a capacidade do licitante de realizar o objeto da licitação, dividindo-se em: I - jurídica; II - técnica; III - fiscal, social e trabalhista; IV - econômico-financeira. Art. 63. Na fase de habilitação das licitações serão observadas as seguintes disposições: IV - será exigida do licitante declaração de que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas. Nesse sentido, observa-se que a empresa Recorrida exerce várias atividades conforme se depreende de seu CNAE (Comprovante de Inscrição de Pessoa jurídica e contratos sociais) de modo que se verifica que sua atividade não se resume à apenas fornecimento de insumos, mas também em atividades que necessitam de emprego de mão de obra. Assim, é indubitável que a Lei vigente e que vincula o instrumento convocatório, obriga que as empresas licitantes declarem em sua habilitação: 12.4. DA QUALIFICAÇÃO TÉCNICA (...) g) Declaração de que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas, conforme preconiza o inciso IV do Art. 63. da Lei nº 14.133/2021. 12.4.3.1. OUTROS DOCUMENTOS (...) b) Declaração de que atendem aos requisitos de habilitação, e o declarante responderá pela veracidade das informações prestadas, na forma da lei; c) Declaração de que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social e aprendiz, previstas em lei e em outras normas específicas; Apesar do licitante, ora Recorrido, ter declarado que cumpre as regras trabalhistas e inclusive que cumpre a reserva de vagas de cotas para pessoas com deficiência, necessária a realização da confirmação das informações através da emissão de declaração junto ao Ministério do Trabalho e Emprego – MTE. É cediço que a participação no Pregão é um direito conferido ao particular, mas que resulta em obrigações que o vincula, gera compromissos com os concidadãos e por conseguinte ao Estado. O rigor emana da falta de fiscalização prévia dos requisitos necessários estabelecidos no instrumento convocatório, como bem pondera Marçal Justen Filho: "Se a Administração não fiscaliza previamente a presença dos requisitos de participação no pregão, isso não retrata a concepção de que todo e qualquer particular poderia formular lances. Ausência de fiscalização prévia não equivale a inexistência de requisitos. No pregão significa dever objetivo de diligência. O interessado em participar do certame tem o dever de examinar a lei e o ato convocatório e avaliar se está em condições de competir. Se não estiver, o sujeito tem o dever de escolher o não-comparecimento." A lei de cotas para PCDs, oficialmente chamada de Lei de Cotas (art. 93 da Lei nº 8.213/91), foi promulgada em 1991 e estabelece que empresas com cem ou mais empregados devem preencher uma parte dos seus cargos com pessoas com deficiência. A sociedade brasileira tem por fundamento o princípio da solidariedade, tida como objetivo da República Federativa do Brasil. A legislação previdenciária, por sua vez, está em perfeita consonância com o Decreto n. 6.949/2009, que promulgou a Convenção Internacional sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência, que assim dispõe: Artigo 27. 1. Os Estados Partes reconhecem o direito das pessoas com deficiência ao trabalho, em igualdade de oportunidades com as demais pessoas. Esse direito abrange o direito à oportunidade de se manter com um trabalho de sua livre escolha ou aceitação no mercado laboral, em ambiente de trabalho que seja aberto, inclusivo e acessível a pessoas com deficiência. Os Estados Partes salvaguardarão e promoverão a realização do direito ao trabalho, inclusive daqueles que tiverem adquirido uma deficiência no emprego, adotando medidas apropriadas, incluídas na legislação, com o fim de, entre outros: (...) h) Promover o emprego de pessoas com deficiência no setor privado, mediante políticas e medidas apropriadas, que poderão incluir programas de ação afirmativa, incentivos e outras medidas; Não se pode perder de vista que o cumprimento das quotas de PCD's corresponde à efetivação do direito fundamental ao trabalho para a coletividade representada por pessoas com deficiências. Afinal, todos os integrantes do corpo social têm direito ao trabalho, aqui devendo ser satisfeitas prioritariamente as pessoas com deficiência. Não se trata como alguns querem crer, de uma OBRIGAÇÃO DE MEIO A SER EFETIVADA PELO EMPREGADOR, bastando a mera tentativa do seu cumprimento. Trata-se de verdadeira obrigação de resultado, apurável objetivamente. O conceito de obrigação como sendo a relação jurídica de caráter transitório estabelecido entre devedor (empregador) e credor (pessoa com deficiência) e cujo objeto consiste numa prestação pessoal e econômica (admissão na relação de emprego), positiva ou negativa, devida pelo primeiro ao segundo, garantindo-lhe o adimplemento através de seu patrimônio. Inclusive essa questão foi recentemente objeto de decisão judicial no processo nº 7018922-41.2024.8.22.0001-TJ/RO Mandado de Segurança Cível: "(...) Afirma que a empresa vencedora na fase de habilitação não cumpria com as exigências da lei, conforme Certidão Emitida pelo Ministério do trabalho e Emprego, tendo apresentado declaração falsa no certame. Aduz que mesmo após a interposição de recurso, a autoridade coatora manteve a empresa vencedora no certame, justificando que tal exigência só seria exigida na execução do contrato, o que estaria em desacordo com a previsão do edital. (...) Assim, temos que a decisão administrativa de habilitação da empresa vencedora, que não preencheu as regras e exigências do edital, é ilegal, devendo ser anulada por ser medida de direito da parte impetrada. Ante o exposto, concedo a segurança e, por consequência, anulo a decisão do autoridade coatora que habilitou a empresa no pregão eletrônico regido pelo edital n. 005/2023/SML/PVH, Processo Administrativo n. 00600-00023663/2023-29-e, e declaro desclassificada/inabilitada aquela pelo não cumprimento das regras editalícias e, por consequência, determinando o retorno do certame para fase de habilitação, momento em que deverão ser observadas as regras e exigido a comprovação da reserva de cota para pessoas com deficiência e cota para aprendizes, nos termos da lei. Renovo em sentença a decisão liminar concedida (id. 104120965), determinando a autoridade coatora que dê prosseguimento ao certame, com a desclassificação/inabilitação da empresa, determinando o retorno do certame para fase de habilitação, momento em que deverão ser observadas as regras e exigido a comprovação da reserva de cota para pessoas com deficiência e cota para aprendizes, nos termos da lei. Resolve-se o mérito nos termos do art. 487, I, do CPC. Porto Velho - RO, 19 de junho de 2024." Assim, muito embora a empresa tenha apresentado declaração informando que possui quantitativo mínimo de trabalhadores PCD's, cabe a Pregoeira a realização de diligências junto ao MTE e/ou ao MPT para averiguar a veracidade das informações. O poder-dever de agir do administrador público é hoje pacificamente reconhecido pela lei, doutrina e pela jurisprudência. Significa dizer que as competências administrativas, por serem conferidas visando ao atingimento de interesses públicos, implicam ao mesmo tempo um poder-dever para desempenhar as correspondentes funções públicas de exercício dessas funções. Da mesma forma, tanto o Ministério do Trabalho, por meio das unidades regionais e da fiscalização trabalhista podem fazer essa verificação, quanto o Ministério Público do Trabalho, que também tem competência para verificar se a Lei de PCD'S está sendo cumprida, cabendo a esta Pregoeira através de devida diligência confirmar que a empresa verdadeiramente atende o percentual mínimo exigido, visando o afastamento de declarações falsas. II.4 – DA INEXEQUIBILIDADE DA PROPOSTA. DESCONFORMIDADE COM O EDITAL. INDÍCIOS DA INEXECUÇÃO DO CONTRATO. Cabe esclarecer que toda atividade do administrador deve ser instruída pelos PRINCÍPIOS DA LEGALIDADE, DA EFICIÊNCIA E DA VINCULAÇÃO AO INSTRUMENTO CONVOCATÓRIO, além de outros igualmente relevantes; tudo dentro da pauta da Lei, e, no caso das licitações, com o objetivo primordial de selecionar a proposta mais vantajosa, o que não significa dizer a proposta de menor valor. Em uma licitação, o órgão licitante necessita resguardar-se de propostas irresponsáveis, incapazes de suportar os custos da contratação e, portanto, fadadas a uma frustração contratual, gerando enormes prejuízos ao Poder Público. Essas propostas irresponsáveis são, muitas vezes, caracterizadas pela inexequibilidade de seus preços. Consideram-se preços manifestamente inexequíveis aqueles comprovadamente insuficientes para a cobertura dos custos decorrentes da contratação pretendida. Assim, na análise das propostas, é fundamental a avaliação da exequibilidade dos preços apresentados. Nessa linha, o inciso III, do artigo 59 da Lei 14.133/2021, prevê a desclassificação da proposta que apresentar preços inexequíveis ou acima do orçamento estimado para a contratação. Outrossim, conforme indicado pelo inciso II do artigo 59, a Administração poderá realizar diligências para aferir a exequibilidade das propostas ou exigir do licitante que ela seja demonstrada. Por sua vez, consoante restou estabelecido no Termo de Referência, a proposta será desclassificada nos seguintes casos: 15.5. Serão desclassificadas as propostas que conflitem com as normas deste Edital ou da legislação em vigor. 15.6.2. Contiverem qualquer limitação ou condição substancialmente contrastante com o presente Edital, ou seja, manifestamente inexequíveis, por decisão da Pregoeira. Fere o princípio da economicidade e da seleção da proposta mais vantajosa, a escolha de particulares que ofertem preços impraticáveis, que ensejarão a inviabilidade da regular prestação contratual, resultando em prejuízo evidente à Administração, que não terá atendida sua necessidade negocial. Por isso, é indispensável a verificação da exequibilidade dos preços, evitando a realização de uma relação contratual fadada à frustração, uma vez que os encargos sociais consignados na proposta conferem o percentual de 0%, bem como indica BDI de apenas 13%. Nota-se que, é pacífico entendimento de que o não atendimento às exigências editalícias, é medida inabilitatória/desclassificatória. Vale, ainda, ressaltar que o atendimento às exigências previstas no edital, buscam assegurar a administração de eventual inexecução contratual, o que, no caso em testilha, possui relevante destaque, uma vez que há a exigência de prestação dos serviços na sede do órgão, sempre que houver necessidade. Com efeito, o preço ofertado pela, ora habilitada, torna a proposta inexequível e desafiam a inteligência lógico-jurídica e mercadológica, pois há nítida impossibilidade comercial dos serviços serem prestados com os valores apresentados, quando calculados todos os custos transacionais da operação. Nesse particular, é preciso notabilizar que as propostas com preços manifestamente inexequíveis, assim considerados aquelas que não venham a ter demonstradas sua viabilidade através de comprovação de sua coerência com os preços de mercado, não sendo demonstrados, de forma inequívoca, que são compatíveis com a execução do objeto do contrato, deverão ter suas propostas desclassificadas. Neste particular, é importante destacar que o procedimento licitatório destina-se a selecionar a proposta mais para a realização de obra ou serviço, sendo julgada, dentre outros princípios, pela boa-fé dos participante em suas declarações. Desse modo, é fundamental que as licitantes se certifiquem que, ainda que pretendam apresentar baixos valores, que tenham como comprovar a exequibilidade de suas propostas, o que não pode ser viável para os termos estabelecidos no Termo de Referência, com os altos custos de deslocamentos e materiais envolvidos para a execução do objeto contratual pretendido. A vantajosidade buscada apenas na contratação do menor preço, não pode prevalecer em detrimento da segurança e

certeza da execução adequada dos serviços. Isso porque, propostas “pseudo vantajosas”, que indicam valores inexequíveis ou que não haja vantajosidade, podem se tornar fatores de produção de graves prejuízos à Administração Pública, notadamente ao órgão em comento, ao qual, além do dever de selecionar o MELHOR PREÇO, deve prezar pela segurança da contratação. A insuficiência da proposta de um licitante pode resultar no atraso da execução do contrato, na necessidade de celebração de novas contratações, e, pior ainda, a precoce rescisão do contrato por inexecução, o que resulta na necessidade de instituição de novo processo licitatório ou contratação emergencial, onerando ainda mais a administração. Diante disso, torna-se imperativo que Vossa Senhoria, na qualidade de Pregoeira, promova a desclassificação de propostas inexequíveis ou, se assim entender, promova a realização de diligências a fim de averiguar a exequibilidade da proposta apresentada, sob pena de incorrer em possível inexecução contratual ou na má-prestação dos serviços. III – DA NECESSIDADE DE REALIZAÇÃO DE DILIGÊNCIAS. Cabe ao poder público tratar de que o interesse público seja atingido pela licitação e transcendendo esta finalidade o regulador deve proceder para proteger o mercado de práticas concorrenciais daninhas e obviamente o exemplo deve partir de si próprio. Nos casos em que haja evidências da inexecutabilidade de uma proposta é devido ao agente de contratação, pregoeiro ou comissão de licitação a realização de diligências para o devido esclarecimento. Com isso, a diligência poderá ser realizada no caso de surgimento da dúvida perante qualquer requisito classificatório/habilitatório, cabendo ao pregoeiro/agente de contratação a realização de diligências para averiguar o atendimento das exigências por parte do licitante vencedor. Essa preocupação e a atitude do agente para esclarecer dúvidas ajudam a uma esmerada instrução processual, impedindo decisões precipitadas ou equivocadas de avaliação, que impliquem prejuízo à competitividade ou mesmo ao certame, em razão de eventual suspensão ordenada pelo Poder Judiciário ou por órgão de controle. Assim, diante dos inequívocos indícios de inexecutabilidade da proposta, a dúvida poderá ser suprida por diligência, na busca da melhor proposta. Outrossim, não é legítimo que o interesse econômico do particular seja tido em primazia absoluta, em detrimento do interesse público de busca pela contratação mais vantajosa, contrariando princípios comezinhos como a competitividade, razoabilidade e eficiência. A busca pela melhor proposta e o atendimento aos princípios que conformam a atividade administrativa, como competitividade, razoabilidade e eficiência, exigem que, respeitando-se a isonomia, sejam tomadas medidas cabíveis para evitar problemas contratuais em razão de propostas impraticáveis, tudo isso com o intuito de garantir a seleção da melhor proposta possível. Nesse sentido, antes da imediata contratação da empresa ora habilitada, é imprescindível a realização de diligências a fim de se comprovar as informações apresentadas, sob pena da própria responsabilização do agente pela omissão e inobservância aos princípios que regem as contratações, desconsiderando, ainda, o fim para o qual a licitação se destina, a seleção da proposta mais vantajosa. IV – DOS PEDIDOS Ante o exposto, requer a Vossa Senhoria: A) Que seja concedido efeito suspensivo ao procedimento licitatório, até seu julgamento; B) Sejam intimadas as demais empresas para, querendo, apresentar suas contrarrazões de recurso administrativo, em consonância com o direito a ampla defesa e ao contraditório; C) Que a empresa SOLIMOES LTDA, inscrita no CNPJ n.º 45.919.060/0001-40 seja INABILITADA pelas razões expostas nesta peça administrativa, quais sejam: C.1) Ausência da comprovação de qualificação técnica através de atestados técnicos de fornecimento de insumos compatíveis em objeto e quantidade do licitado; C.2) Apresentação de inconsistências no Balanço Patrimonial que não correspondem à realidade financeira da empresa, vez que desconsidera o aumento do capital social a integralizar, sem o respectivo aporte financeiro, conforme fatos e documentos comprobatórios expostos neste recurso administrativo; C.3) Requer que a Pregoeira e Comissão de licitação a realização de diligências a fim de confirmar as informações apresentadas na Declaração de cumprimento de vagas para PCD's, bem como, em razão das sucessivas alterações de capital social no Balanço Patrimonial que alteram os índices e coeficientes apresentados; D) Caso haja confirmação de alterações indevidas nas informações, requer que seja aberto procedimento administrativo de responsabilização (PAR), a fim de apurar e, após o devido processo legal, responsabilizar a empresa SOLIMOES LTDA, em razão de conduta dolosa com o objetivo de obter vantagem no certame licitatório. Em consonância com a LEGISLAÇÃO BRASILEIRA e consoante ao instrumento convocatório que o presente seja provido, em todos os seus termos, para imposição e prevalência da Lei, da doutrina e dos princípios da moralidade administrativa, a publicidade, a ampla defesa e a legalidade e vinculação ao instrumento convocatório, isonomia, transparência e legalidade. Requer, ainda, seja o presente Recurso Administrativo recebido por email, considerando os documentos comprobatórios mencionados nas razões recursais que ora se encaminha em anexo a este. (...) IV – DAS CONTRARRAZÕES (...) 3. DAS CONTRARRAZÕES AO RECURSO ADMINISTRATIVO INTERPOSTO PELA EMPRESA FTE COMERCIO E SERVICOS LTDA. 3.1. DA CÓPIA DE FUNDAMENTAÇÃO CRIADA PELA RECORRIDA ACERCA DO PRINCÍPIO DA VINCULAÇÃO AO INSTRUMENTO CONVOCATÓRIO E QUE FOI UTILIZADA PELA RECORRENTE EM SUA PEÇA RECURSAL. Chama atenção o fato de que a Recorrente, ao elaborar suas razões recursais, reproduziu integralmente – e sem qualquer citação ou menção de origem – a argumentação que esta Recorrida desenvolveu e vem utilizando de forma sistemática em suas manifestações técnicas, especificamente no tocante ao princípio da vinculação ao instrumento convocatório. Da página 4 a 7 de seu recurso, nota-se a transcrição literal de trechos que foram originalmente redigidos pelos advogados subscritores. Nesse sentido, por zelo técnico e compromisso com a boa condução do processo, a recorrida manterá o uso do texto originalmente elaborado e de sua autoria, por entender que ele traduz com precisão os fundamentos jurídicos aplicáveis ao caso concreto, especialmente quanto à observância do princípio da vinculação ao instrumento convocatório. 3.2. DA MANUTENÇÃO DA HABILITAÇÃO DA EMPRESA SOLIMOES LTDA NO PREGÃO ELETRÔNICO N.º 543/2024 – EMPRESA QUE CUMPRIU INTEGRALMENTE AS REGRAS EDITALÍCIAS – QUALIFICAÇÃO TÉCNICA DEMONSTRADA – QUANTIDADE DE 10% DO VALOR LICITADO QUE FOI COMPROVADO PELA EMPRESA RECORRIDA – OBJETOS DOS ATESTADOS DE CAPACIDADE TÉCNICA QUE GUARDAM ESTRITA SIMILARIDADE COM OS LOTES VENCIDOS – OBSERVÂNCIA AO PRINCÍPIO DA VINCULAÇÃO AO INSTRUMENTO CONVOCATÓRIO. Após a fase de lances do Pregão Eletrônico n.º 543/2024, promovido pela Superintendência Estadual de Compras e Licitações – SUPEL/RO, a empresa SOLIMOES LTDA foi devidamente declarada vencedora do certame, tendo atendido integralmente a todos os requisitos estabelecidos no edital, bem como, cumprido com as condições legais exigidas para a execução do objeto licitado. Ocorre que, a empresa recorrente tenta induzir a erro a Sra. Pregoeira, alegando suposto descumprimento da qualificação técnica da empresa recorrida, o que não merece prosperar. Isto porque, a empresa SOLIMOES LTDA apresentou toda a documentação necessária que comprova a sua aptidão técnica. Assim, antes de adentrar ao mérito da questão, é mister abordar a aplicação do princípio da vinculação ao edital. É de notoriedade comum que, dentre os princípios das licitações, o da vinculação da administração ao edital, é regente do certame licitatório, sendo um princípio consagrado no art. 5º da Lei n.º 14.133/2021. Vejamos: Art. 5º Na aplicação desta Lei, serão observados os princípios da legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da publicidade, da eficiência, do interesse público, da probidade administrativa, da igualdade, do planejamento, da transparência, da eficácia, da segregação de funções, da motivação, da vinculação ao edital, do julgamento objetivo, da segurança jurídica, da razoabilidade, da competitividade, da proporcionalidade, da celeridade, da economicidade e do desenvolvimento nacional sustentável, assim como as disposições do Decreto-Lei n.º 4.657, de 4 de setembro de 1942 (Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro). (Destacamos). Este princípio assegura a todos os participantes do processo licitatório que as normas estabelecidas no instrumento convocatório sejam estritamente observadas, sob pena de transgressão ao referido princípio da vinculação ao edital. Este postulado preconiza que o edital possui força normativa entre as partes, sendo imperativo que todos os participantes se submetam às disposições ali consignadas, configurando-se como um dos alicerces fundamentais em qualquer procedimento licitatório. Ademais, a Lei n.º 14.133/2021 antevê, de forma obrigatória, que o Edital estipule as condições para habilitação na licitação, vejamos o disposto no artigo abaixo reproduzido: Art. 25. O edital deverá conter o objeto da licitação, e as regras relativas à convocação, ao julgamento, à habilitação, aos recursos e às penalidades da licitação, à fiscalização e à gestão do contrato, à entrega do objeto e às condições de pagamento. Conforme já sabido, à Administração Pública em sua atuação nas licitações, entre outros deveres, impõe-se especificar os requisitos a serem atendidos por licitantes que pretendem contratar com o Poder Público. Por isso, a Lei n.º 14.133/2021, estabelece um rol de exigências de modo a assegurar que seja selecionado um contratante com a capacidade que lhe permita bem desempenhar o objeto licitado. Sendo o Edital a lei interna da licitação, nele devem constar as condições para habilitação dos interessados em participar do processo. A sistemática do ordenamento brasileiro pretende, com essa providência, assegurar a garantia do cumprimento do contrato, nos termos exigidos pela legislação pertinente. Por isso, as condições de habilitação devem estar expressamente previstas no edital de licitação e anexos, o seu instrumento-matriz que, como tal, vincula inteiramente a Administração e os licitantes a seus termos e condições. São essas exigências que permitem assegurar que o objeto do contrato será devidamente atendido pelo licitante vencedor. Trata-se, na verdade, de princípio inerente a toda licitação e que evita não só futuros descumprimentos das normas do edital, mas também o descumprimento de diversos outros princípios atinentes ao certame, tais como o da transparência, da igualdade, da impessoalidade, da publicidade, da moralidade, da probidade administrativa e do julgamento objetivo. Nesse sentido, vale citar a lição de Maria Sylvia Zanella Di Pietro: Trata-se de princípio essencial cuja inobservância enseja nulidade do procedimento. Além de mencionado no art. 3º da Lei n.º 8.666/93, ainda tem seu sentido explicitado, segundo o qual “a Administração não pode descumprir as normas e condições do edital, ao qual se acha estritamente vinculada”. E o artigo 43, inciso V, ainda exige que o julgamento e classificação das propostas se façam de acordo com os critérios de avaliação constantes do edital. O princípio dirige-se tanto à Administração, como se verifica pelos artigos citados, como aos licitantes, pois estes não podem deixar de atender aos requisitos do instrumento convocatório (edital ou carta-convite); se deixarem de apresentar a documentação exigida, serão considerados inabilitados e receberão de volta, fechado, o envelope-proposta (art. 43, inciso II); se deixarem de atender as exigências concernentes a proposta, serão desclassificados (artigo 48, inciso I). Quando a Administração estabelece, no edital ou na carta convite, as condições para participar da licitação e as cláusulas essenciais do futuro contrato, os interessados apresentarão suas propostas com base nesses elementos; ora, se for aceita proposta ou celebrado contrato com desrespeito às condições previamente estabelecidas, burlados estarão os princípios da licitação, em especial o da igualdade entre os licitantes, pois aquele que se prendeu aos termos do edital poderá ser prejudicado pela melhor proposta apresentada por outro licitante que os desrespeitou. Também estariam descumpridos os princípios da publicidade, da livre competição e do julgamento objetivo com base em critérios fixados no edital. DI PIETRO, Maria Sylvia Zanella. Direito Administrativo. 23ª edição – São Paulo: Atlas, 2010. (Destacamos). No mesmo sentido é a lição de José dos Santos Carvalho Filho: A vinculação ao instrumento convocatório é garantia do administrador e dos administrados. Significa que as regras traçadas para o procedimento devem ser fielmente observadas por todos. Se a regra fixada não é respeitada, o procedimento se torna inválido e suscetível de correção na via administrativa ou judicial. O princípio da vinculação tem extrema importância. Por ele, evita-se a alteração de critérios de julgamento, além de dar a certeza aos interessados do que pretende a Administração. E se evita, finalmente, qualquer brecha que provoque violação à moralidade administrativa, à impessoalidade e à probidade administrativa. Se o instrumento de convocação, normalmente o edital tiver falha, pode ser corrigido, desde que oportunamente, mas os licitantes deverão ter conhecimento da alteração e a possibilidade de se amoldarem a ela. Vedado à Administração e aos licitantes é o descumprimento das regras de convocação, deixando de considerar o que nele se exige. CARVALHO FILHO, José dos Santos. Manual de Direito Administrativo. 26 ed. São Paulo, Atlas. P. 246. (Destacamos). Como se vê, o princípio da vinculação ao instrumento convocatório, ao mesmo tempo em que privilegia a transparência do certame, garantindo a plena observância dos princípios da igualdade, impessoalidade, publicidade, moralidade e probidade administrativa, igualmente preceitua que o julgamento das propostas seja o mais objetivo possível, nos exatos termos das regras previamente estipuladas, perpetuando-se tal vinculação durante toda a execução do contrato. Como bem destaca Fernanda Marinela, o princípio da vinculação ao instrumento convocatório leva à assertiva de que o edital é a lei interna da licitação: Como princípio específico da licitação, tem-se a vinculação ao instrumento convocatório. O instrumento, em regra, é o edital que deve definir tudo que é importante para o certame, não podendo o Administrador exigir nem mais nem menos do que está previsto nele. Por essa razão, é que a doutrina diz que o edital é lei interna da licitação, ficando a ele estritamente vinculada, conforme previsto no art. 41 da lei. MARINELA DE SOUSA SANTOS, Fernanda. Direito Administrativo. Salvador: Juspodivm, 2006, p. 264. (Destacamos). Como dito anteriormente, o princípio da vinculação ao edital restringe a Administração Pública às regras editalícias, sendo que, no caso em tela, a medida cabível é manutenção da decisão que habilitou a empresa SOLIMOES LTDA, face ao atendimento de todas as exigências dispostas no edital e seus anexos, conforme será aqui demonstrado. Feito esta importante análise sobre o princípio da vinculação ao Instrumento Convocatório, passemos então à análise do caso concreto. 3.2.1. EMPRESA SOLIMOES LTDA QUE POSSUI PERCENTUAL MÍNIMO DE 10% (DEZ POR CENTO)

DO VALOR ESTIMADO PARA OS GRUPOS QUE PARTICIPOU. ATESTADOS DE CAPACIDADE TÉCNICA QUE DEMONSTRAM INEQUÍVOCO ATENDIMENTO AO REQUISITO EDITALÍCIO. O Edital de Pregão Eletrônico nº 90543/2024 estabeleceu em seu item 12.4. os requisitos para a regular qualificação técnica, senão vejamos: (IMAGEM item 12.4 Edital) Nesse sentido, as exigências mencionadas acima foram atendidas nos exatos termos da Legislação pertinente, bem como, conforme previsão editalícia para cada item. Dessa forma, para melhor compreensão do caso, cumpre analisar os itens vencidos pela empresa SOLIMÕES LTDA, bem como, os valores correspondentes a 10% (dez por cento) do valor estimado, senão vejamos: LOTE VALOR ESTIMADO INDIVIDUAL 10% DA QUANTIDADE EXIGIDA 1 R\$ 1.565.324,42 R\$ 156.532,45 4 R\$ 1.214.361,91 R\$ 121.436,20 5 R\$ 303.590,47 R\$ 30.359,05 6 R\$ 1.214.361,91 R\$ 121.436,20 13 R\$ 45.956,00 R\$ 4.595,60 Conforme demonstram os documentos juntados aos autos, alguns dos atestados de capacidade técnica apresentados pela empresa SOLIMÕES LTDA estão acompanhados de suas respectivas notas de empenho. Tais documentos comprovam, de forma clara, objetiva e documental, que os serviços executados anteriormente pela empresa SOLIMÕES LTDA atingem — e, em muitos casos, superam — os percentuais mínimos de 10% (dez por cento) do valor estimado de cada lote, conforme exigência expressa do item 12.4 do Edital, considerado de forma individualizada por item. Com o objetivo de permitir uma análise ainda mais completa e transparente, segue anexo à presente contrarrazão os contratos, atas de registro de preços e demais documentos firmados com a Administração Pública e com a iniciativa privada, os quais evidenciam de maneira inequívoca a capacidade técnico-operacional da empresa para executar fornecimentos compatíveis com os objetos ora licitados. Para fins de ilustração e reforço da comprovação, colaciona-se abaixo imagem de nota de empenho emitida em favor da empresa SOLIMÕES LTDA, referente ao fornecimento de materiais de construção, demonstrando que os valores contratados superam o limite mínimo estabelecido em edital, comprovando, assim, a plena qualificação técnica da licitante: (IMAGEM nota de empenho Município de Vilhena/RO) Dessa forma, é possível averiguar que apenas 01 (uma) nota de empenho decorrente de atestado de capacidade técnica anexado aos autos anteriormente, já comprova regular capacidade da empresa recorrida. Portanto, a alegação da empresa recorrente, no sentido de que não teria sido atendido o requisito da qualificação técnica, parte de uma interpretação equivocada das exigências editalícias. Ademais, o Edital, em seu item 12.4, exige expressamente que a capacidade técnica seja comprovada de forma proporcional ao item/lote licitado, não havendo qualquer previsão de que a comprovação deva ser feita com base em um valor consolidado ou global referente ao grupo de itens. Assim, a análise deve se dar de forma individualizada por lote, observando-se se os documentos apresentados pelo licitante comprovam a execução anterior de objeto similar em quantidade compatível, correspondente a, no mínimo, 10% (dez por cento) do valor estimado de cada item. A empresa SOLIMÕES LTDA não apenas atendeu a essa exigência, como o fez de maneira clara e transparente, apresentando documentos oficiais (atestados de capacidade técnica e notas de empenho a eles vinculados) que atribuem valor certo às contratações referidas nos atestados. Portanto, a documentação apresentada é plenamente suficiente para comprovar o atendimento ao item 12.4 do Edital, e qualquer interpretação diversa significaria criar exigência não prevista no instrumento convocatório, o que é vedado pela legislação e pela jurisprudência consolidada. Nesse sentido, o Tribunal de Justiça de Minas Gerais (TJ/MG), reafirmou o entendimento de que o edital constitui a "lei interna" da licitação, devendo ser rigorosamente observado tanto pela Administração Pública quanto pelos licitantes. A decisão destacou a aplicação do princípio da vinculação ao instrumento convocatório, ressaltando que somente a inobservância às cláusulas editalícias compromete a legalidade do procedimento, senão vejamos: TJ/MG – Julgado em: 23/11/2023. AGRAVO DE INSTRUMENTO - MANDADO DE SEGURANÇA - DIREITO ADMINISTRATIVO - PROCEDIMENTO LICITATÓRIO - VINCULAÇÃO AO INSTRUMENTO CONVOCATÓRIO. 1 - O Edital é a lei interna do procedimento licitatório, sendo imprescindível a observação e cumprimento de seus requisitos. 2 - Tendo em vista o princípio da vinculação ao instrumento convocatório, cabe à Administração Pública e seus administrados procederem aos limites do edital, sob pena de nulidade do procedimento licitatório. (TJ-MG - Agravo de Instrumento: 2006494-04.2023.8.13.0000, Relator.: Des.(a) Jair Varão, Data de Julgamento: 23/11/2023, 3ª CÂMARA CÍVEL, Data de Publicação: 29/11/2023). (Destacamos). O Tribunal de Justiça de Rondônia (TJ/RO), afirmou a importância da observância estrita ao edital no âmbito dos procedimentos licitatórios, destacando que o simples inconformismo com o resultado do certame não se presta como fundamento jurídico para a anulação da habilitação de empresa regularmente classificada. No referido julgamento, restou consignado que, uma vez apresentada a proposta mais vantajosa e comprovado o cumprimento integral das exigências editalícias pela empresa vencedora, inexistiu fundamento jurídico para qualquer impugnação ao resultado do certame, conforme se extrai da decisão: TJ/RO – Julgado em: 08/06/2020. Apelação Cível. Mandado de Segurança. Licitação. Serviços de identificação por biometria. Impugnação à habilitação das empresas vencedoras. Declaração de nulidade. Exigências do edital. Cumprimento. Ausência de demonstração de irregularidades. Mero inconformismo. Recurso improvido. Tendo a empresa vencedora apresentado o melhor preço e cumprido todas as exigências do edital, a declaração de nulidade pretendida exigiria um vício insanável, o que de forma alguma é revelado neste feito, logo tenho que se trata de mero inconformismo com o resultado do pregão eletrônico, ausente, portanto, o direito líquido e certo, o que leva a negação da pretensão autoral. (TJ-RO - AC: 70318815420188220001 RO 7031881-54.2018.822.0001, Data de Julgamento: 08/06/2020). (Destacamos). Assim, considerando que a documentação apresentada pela empresa SOLIMÕES LTDA é suficiente e adequada para demonstrar sua aptidão técnico-operacional, requer-se o imediato indeferimento do recurso interposto, com a consequente manutenção da habilitação da licitante e da regularidade do julgamento proferido pela Administração, em estrita observância à Lei nº 14.133/2021 e aos princípios que regem o processo licitatório. 3.2.2. DA SIMILARIDADE DOS MATERIAIS BÁSICOS, DE ACABAMENTO E DE CABEAMENTO ESTRUTURADO/LÓGICO – EMPRESA QUE DEMONSTRA POSSUIR LOGÍSTICA NECESSÁRIA E ADEQUADA PARA O FORNECIMENTO DOS LOTES POR ELA VENCIDOS. Superada a controvérsia acima mencionada, importa destacar que os serviços constantes dos atestados de capacidade técnica apresentados pela empresa SOLIMÕES LTDA guardam plena similaridade com os objetos licitados em cada um dos lotes a ela adjudicados, tanto quanto à natureza quanto à complexidade dos fornecimentos. A empresa sagrou-se vencedora dos lotes 1, 4, 5, 6 e 13 do certame licitatório. Os lotes 1, 4, 5 e 6 referem-se ao fornecimento de materiais de construção classificados nas categorias de básico e acabamento, enquanto o lote 13 trata do fornecimento de materiais voltados à área de cabeamento estruturado/lógico. Apesar das distintas nomenclaturas atribuídas a cada grupo de materiais, todos os objetos contratados inserem-se em um mesmo contexto técnico: o de fornecimento de insumos destinados à composição e funcionalidade de infraestruturas prediais e operacionais. O fornecimento de materiais como brita, areia, cimento, pedrisco, pó de brita e pedra não guarda notória similaridade com materiais tradicionalmente classificados como de acabamento, especialmente no que se refere à natureza do fornecimento contínuo para obras e serviços de engenharia. Significa dizer que, tais insumos são componentes essenciais na execução de fundações, alvenarias, concretagens, assentamentos e demais etapas que precedem ou integram o acabamento de edificações e estruturas urbanas. A similitude entre esses materiais se dá, portanto, não apenas pelo fim a que se destinam, mas também pela forma como são adquiridos, transportados e aplicados em campo. Nesse sentido, entende-se plenamente atendido o que dispõe o edital, uma vez que a experiência comprovada no fornecimento desses insumos demonstra a aptidão técnica da empresa para atender demandas análogas às previstas no certame. Ao comprovar o fornecimento desses materiais básicos e estruturantes, evidencia-se a habitualidade da empresa em atender contratos de mesma natureza. Isso porque, trata-se de contratações de natureza equivalente, que demandam da empresa contratada níveis similares de planejamento, organização logística, domínio técnico, controle de qualidade e cumprimento de obrigações contratuais. Assim, todas as categorias compõem um conjunto técnico coerente e integrado, exigindo experiência prévia e capacidade operacional compatíveis, como efetivamente comprovado pela empresa SOLIMÕES LTDA. Essas exigências foram plenamente atendidas por meio dos atestados e documentos acostados aos autos, os quais demonstram a execução anterior de fornecimentos similares, prestados com qualidade e sob condições contratuais equiparáveis às previstas no edital. Ademais, tais documentos provêm de contratações com entes públicos, o que reforça a conformidade da atuação da empresa com os padrões e exigências da Administração Pública. Vale lembrar que, nos termos do art. 67, inciso II, da Lei nº 14.133/2021, a comprovação da capacidade técnica dar-se-á mediante a apresentação de atestados que demonstrem a execução anterior de objeto com características semelhantes ao do certame. Senão vejamos: Art. 67. A documentação relativa à qualificação técnico-profissional e técnico-operacional será restrita a: II - certidões ou atestados, regularmente emitidos pelo conselho profissional competente, quando for o caso, que demonstrem capacidade operacional na execução de serviços similares de complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior, bem como documentos comprobatórios emitidos na forma do § 3º do art. 88 desta Lei; (Destacamos). Logo, resta evidente que a legislação exige similaridade técnica com base na natureza e complexidade da execução, e não em aspectos meramente nominais ou formais. Esse critério foi cumprido de forma inequívoca pela empresa SOLIMÕES LTDA. Além disso, a mesma Lei 14.133/2021 estabelece que as exigências de qualificação técnica devem observar os princípios da proporcionalidade, razoabilidade e da vinculação ao instrumento convocatório, de modo que qualquer interpretação que extrapole o conteúdo expresso no edital configura inovação indevida e ofensa ao direito dos licitantes, além de prejudicar a competitividade do certame. O foco, portanto, deve recair sobre a efetiva capacidade do licitante de desempenhar com qualidade, segurança e eficiência os encargos da futura contratação, tal como demonstrado pela empresa SOLIMÕES LTDA, cujos atestados evidenciam, de forma objetiva e consistente, o atendimento integral aos requisitos previstos no item 12.4 do edital. Diante do exposto, é possível concluir que a documentação apresentada pela empresa SOLIMÕES LTDA não apenas cumpre os critérios legais e editalícios, como também comprova sua ampla experiência no fornecimento de materiais de natureza técnica compatível com os lotes adjudicados. A tentativa de desqualificação baseada em interpretações restritivas e descoladas da realidade prática e legal não encontra amparo na legislação vigente, tampouco na jurisprudência consolidada. Isto porque, é o entendimento da jurisprudência do Tribunal de Justiça de Rondônia (TJ/RO): TJ/RO – Julgado em: 18/10/2021. Apelação. Ação anulatória. Licitação. Inabilitação. Qualificação técnica. Vinculação ao instrumento convocatório. Exigências não constante no edital e excesso de formalismo. Inovação prejudicial. Impossibilidade. Proposta mais vantajosa. Interesse Público. Recursos não providos. 1. A Administração Pública não pode descumprir as normas legais, tampouco as condições editalícias, tendo em vista o princípio da vinculação ao instrumento convocatório (Lei 8.666/193, art. 41). 2. O excesso de formalismo não deve prevalecer quando a proposta vencedora do certame é aquela que oferece maiores vantagens para o ente público (TJRO n. 7020603-22.2019.822.0001). E mais, STJ, RESp n. 1620661. 3. A qualificação técnica tem por finalidade demonstrar a capacidade dos interessados em fazer frente às exigências do objeto licitado, revelando-se verdadeiro preciosismo, além de ferir o princípio da ampla concorrência, a exclusão de concorrente que evidência, por via idônea, sua qualificação. Precedentes da Corte. 4. Na hipótese, o apelo comprovou a capacidade técnica, de forma que a decisão que inabilitou a empresa se mostra viciada, passível de nulidade. 5. Recursos não providos. (TJ-RO - AC: 70090720220208220001 RO 7009072-02.2020.822.0001, Data de Julgamento: 18/10/2021). (Destacamos). Assim, restando demonstrada a similaridade técnica, a regularidade da documentação e a plena capacidade da empresa, impõe-se o reconhecimento da validade de sua habilitação no certame, com a consequente rejeição das alegações da empresa recorrente. 3.3. DA MANUTENÇÃO DA HABILITAÇÃO DA EMPRESA SOLIMÕES LTDA NO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 543/2024 – COMPROVAÇÃO REGULAR DA QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA – ATENDIMENTO AOS ITENS 12.3.3, ALÍNEAS "A" E "B" DO EDITAL, E AO TÓPICO DA QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA, ITEM "B" E SEQUENTES DO TERMO DE REFERÊNCIA – EMPRESA QUE SE ENQUADRA COMO ME/EPP – OBSERVÂNCIA AO PRINCÍPIO DA VINCULAÇÃO AO INSTRUMENTO CONVOCATÓRIO. Além das questões acima mencionadas, a empresa recorrente alegou supostos descumprimentos quanto à qualificação econômico-financeira da empresa SOLIMÕES LTDA, o que não merece prosperar. O Edital de Pregão Eletrônico nº 90543/2024, em seu item 12.3., apresenta de forma clara e objetiva os documentos exigidos para a comprovação da qualificação econômico-financeira das licitantes, delimitando o escopo da análise e os parâmetros que devem ser seguidos pela Administração Pública para aferir a aludida qualificação. Especificamente, no item 12.3.3., alíneas "a" e "b", o Edital exige as seguintes demonstrações: (IMAGEM item 12.3.3. do Edital) Nesse sentido, as exigências mencionadas acima foram atendidas nos exatos termos da Legislação pertinente pela empresa SOLIMÕES LTDA, quando esta promoveu a apresentação de seus balanços patrimoniais, sendo corretamente habilitada no certame em questão. Isto porque, o Edital exigiu apresentação de documento de balanço patrimonial como forma de comprovação da qualificação econômico-financeira das licitantes, o que foi inequivocamente apresentado pela empresa recorrida. Não obstante a isso, ressalte-se que os documentos contábeis apresentados pela empresa SOLIMÕES LTDA foram produzidos, assinados e registrados nos órgãos competentes, possuindo veracidade e legitimidade em suas informações. A recorrente apenas faz ilações quanto às informações do balanço patrimonial

da empresa vencedora, sem, contudo, apresentar qualquer documento técnico ou laudo pericial para comprovar suas alegações. A ausência de comprovação do alegado inválida a pretensão recursal, tornando-a meramente especulativa, protelatória e sem força para desconstituir os elementos de prova válidos já juntados pela empresa. A documentação fiscal e contábil apresentada pela empresa não possui qualquer inconsistência ou irregularidade que possa comprometer sua autenticidade ou veracidade. A empresa SOLIMÕES LTDA possui escrituração contábil regular, elaborada por profissional habilitado, com registros arquivados na Junta Comercial, em total conformidade com os arts. 1.179 e seguintes do Código Civil e com as normas da Resolução CFC nº 1.330/11. Ademais, a empresa demonstrou estar em plena atividade, com estrutura operacional compatível com os objetos licitados e com histórico de prestação de serviços ou fornecimento de bens ao setor público e privado. Esse histórico reforça a seriedade com que a licitante conduz seus compromissos contratuais, denotando responsabilidade, experiência e conformidade com a legislação vigente. Trata-se, portanto, de uma empresa idônea e qualificada. Eventuais alegações de ausência de comprovação quanto à integralização de capital social ou qualquer outro requisito técnico ou jurídico devem ser analisadas com cautela e à luz da realidade dos documentos acostados aos autos. A mera alegação sem a devida comprovação ou contraditório não pode servir de base para a exclusão ou desclassificação da licitante, sob pena de se comprometer os princípios da ampla defesa e do devido processo legal. Além disso, não há qualquer elemento que demonstre irregularidade nos documentos acostados pela empresa SOLIMÕES LTDA. Pelo contrário, sua proposta atendeu às exigências do edital, apresentando viabilidade técnica e preço compatível com o mercado, assegurando economicidade ao ente público contratante. Ademais, no âmbito do Processo Licitatório nº 047/2025, promovido pelo Município de Cacoal/RO, uma das licitantes interpôs recurso alegando supostas irregularidades no balanço patrimonial apresentado pela empresa SOLIMÕES LTDA. Contudo, após análise realizada pelo setor competente, o Município concluiu pela regularidade do referido documento contábil. Diante disso, anexa-se às presentes contrarrazões a decisão que trata da matéria. Assim, a permanência da licitante no certame representa não apenas o cumprimento da legalidade, mas também o respeito à eficiência administrativa. Importa ressaltar que o próprio Edital, em sua redação, não estabeleceu como condição obrigatória a apresentação de atos internos de gestão societária, tais como a comprovação da integralização do capital social. Nesse sentido, não é válido exigir documentos ou provas não previstas no instrumento convocatório. A prática administrativa e jurisprudencial tem reconhecido a necessidade de interpretação restritiva das exigências editalícias, sob pena de violação ao princípio da vinculação ao instrumento convocatório. O Tribunal de Justiça de Rondônia (TJ/RO), afirmou a importância da observância estrita ao edital no âmbito dos procedimentos licitatórios, destacando que o simples inconformismo com o resultado do certame não se presta como fundamento jurídico para a anulação da habilitação de empresa regularmente classificada. No referido julgamento, restou consignado que, uma vez apresentada a proposta mais vantajosa e comprovado o cumprimento integral das exigências editalícias pela empresa vencedora, inexistente fundamento jurídico para qualquer impugnação ao resultado do certame, conforme se extrai da decisão: TJ/RO – Julgado em: 08/06/2020. Apelação Cível. Mandado de Segurança. Licitação. Serviços de identificação por biometria. Impugnação à habilitação das empresas vencedoras. Declaração de nulidade. Exigências do edital. Cumprimento. Ausência de demonstração de irregularidades. Mero inconformismo. Recurso improvido. Tendo a empresa vencedora apresentado o melhor preço e cumprido todas as exigências do edital, a declaração de nulidade pretendida exigiria um vício insanável, o que de forma alguma é revelado neste feito, logo tenho que se trata de mero inconformismo com o resultado do pregão eletrônico, ausente, portanto, o direito líquido e certo, o que leva a negação da pretensão autoral. (TJ-RO - AC: 70318815420188220001 RO 7031881-54.2018.822.0001, Data de Julgamento: 08/06/2020). (Destacamos). Nesse sentido, o Tribunal de Justiça de Minas Gerais (TJ/MG), reafirmou o entendimento de que o edital constitui a "lei interna" da licitação, devendo ser rigorosamente observado tanto pela Administração Pública quanto pelos licitantes. A decisão destacou a aplicação do princípio da vinculação ao instrumento convocatório, ressaltando que somente a inobservância às cláusulas editalícias compromete a legalidade do procedimento, senão vejamos: TJ/MG – Julgado em: 23/11/2023. AGRAVO DE INSTRUMENTO - MANDADO DE SEGURANÇA - DIREITO ADMINISTRATIVO - PROCEDIMENTO LICITATÓRIO - VINCULAÇÃO AO INSTRUMENTO. CONVOCATÓRIO. 1 - O edital é a lei interna do procedimento licitatório, sendo imprescindível a observação e cumprimento de seus requisitos. 2 - Tendo em vista o princípio da vinculação ao instrumento convocatório, cabe à Administração Pública e seus administrados procederem aos limites do edital, sob pena de nulidade do procedimento licitatório. (TJ-MG - Agravo de Instrumento: 2006494-04.2023.8.13.0000, Relator.: Des.(a) Jair Varão, Data de Julgamento: 23/11/2023, 3ª CÂMARA CÍVEL, Data de Publicação: 29/11/2023). (Destacamos). Ademais, o dispositivo legal dispõe sobre a obrigatoriedade de apresentação de documentos contábeis aptos a demonstrar a boa situação financeira da empresa, como o balanço patrimonial. No entanto, não impõe a apresentação de outras exigências que extrapolem os limites legais, como pretende indevidamente a recorrente no presente certame. Interpretar o artigo de forma a criar exigências não expressamente previstas representa ofensa direta ao princípio da legalidade, insculpido no artigo 37 da Constituição Federal. Assim, qualquer tentativa de desclassificar a licitante com base em suposta ausência dessa comprovação carece de amparo legal e deve ser rejeitada. Vale destacar que a empresa FTE COMERCIO E SERVICOS LTDA não é a responsável por criar as regras do processo licitatório, as quais já estão previstas no documento denominado de edital de licitação. Ademais, a empresa ora recorrida encontra-se regularmente enquadrada como ME/EPP, nos termos da Lei Complementar nº 123/2006, usufruindo, portanto, de todos os direitos e prerrogativas decorrentes desse regime jurídico diferenciado. Tal enquadramento foi devidamente registrado na Junta Comercial e está em plena conformidade com os critérios legais estabelecidos, especialmente no que diz respeito ao limite de receita bruta anual previsto no art. 3º da mencionada Lei. No que tange às alegações da empresa recorrente acerca do seu enquadramento perante a Junta Comercial do Estado (JUCER) e a Receita Federal do Brasil (RFB), cumpre esclarecer que a empresa SOLIMÕES LTDA não detém competência autônoma para promover, de forma unilateral, alterações em seu regime jurídico nessas instâncias. As informações cadastrais e de enquadramento legal da pessoa jurídica são registradas e controladas por tais órgãos públicos, sendo de sua exclusiva atribuição a atualização, validação e publicidade desses dados, em estrita observância à legislação vigente. Ressalte-se, ainda, que os sistemas da JUCER e da RFB são alimentados a partir de atos oficiais e registros documentais cuja veracidade e regularidade são objeto de controle administrativo. Dessa forma, eventuais divergências ou desatualizações devem ser tratadas no âmbito próprio, não podendo ser imputadas à empresa como ato deliberado ou irregular. No que tange à veracidade das declarações prestadas, a empresa atuou de boa-fé, apresentando documentos verídicos e compatíveis com sua real condição jurídica e fiscal. Em nenhum momento houve omissão dolosa de informações ou apresentação de dados inverídicos com o intuito de obter vantagem indevida em processos licitatórios. As informações constantes nos documentos entregues refletem a realidade fática e contábil da empresa, elaborada por profissionais reconhecidos perante os Conselhos profissionais competentes. Dessa forma, não há que se falar em fraude à licitação, vez que não se configuram os elementos essenciais para sua caracterização, quais sejam: a prática dolosa, o intuito de obter vantagem indevida e o prejuízo à competitividade ou à lisura do certame. A participação da empresa no processo licitatório observou estritamente os princípios que regem a Administração Pública, conforme disposto no art. 37 da Constituição Federal e na Lei nº 14.133/2021. Diante de todo o exposto, conclui-se que a empresa SOLIMÕES LTDA comprovou de forma plena, objetiva e tempestiva sua qualificação econômico-financeira, nos termos estritos do edital e da legislação aplicável. Não subsiste, portanto, qualquer razão jurídica ou técnica para a sua inabilitação no certame. 3.4. DA MANUTENÇÃO DA HABILITAÇÃO DA EMPRESA SOLIMÕES LTDA NO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 543/2024 – EMPRESA LICITANTE QUE ESTÁ DESOBRIGADA NA CONTRATAÇÃO DE PCD'S E REABILITADOS DA PREVIDÊNCIA SOCIAL – APLICAÇÃO DO PRINCÍPIO DA LEGALIDADE. Em suas razões recursais, a licitante FTE COMÉRCIO E SERVIÇOS LTDA tenta desqualificar a empresa SOLIMÕES LTDA, alegando suposto descumprimento da obrigatoriedade legal de reserva de cargos para pessoas com deficiência (PCDs) ou reabilitados da Previdência Social, nos termos do art. 93 da Lei nº 8.213/1991. Tal alegação, contudo, não merece prosperar, conforme se demonstra a seguir. A empresa SOLIMÕES LTDA encontra-se desobrigada do cumprimento da referida cota legal, vez que não possui 100 (cem) ou mais empregados, condição necessária para a incidência da obrigação legal prevista na legislação de regência. O caput do artigo 93 da referida lei é categórico ao estabelecer que a cota somente se aplica a empresas que possuam no mínimo 100 empregados, senão vejamos: Art. 93. A empresa com 100 (cem) ou mais empregados está obrigada a preencher de 2% (dois por cento) a 5% (cinco por cento) dos seus cargos com beneficiários reabilitados ou pessoas portadoras de deficiência, habilitadas, na seguinte proporção: (Destacamos). Nesse contexto, não se pode exigir da empresa SOLIMÕES LTDA o cumprimento de obrigação legal que lhe é inexistente em razão de seu porte e de seu quadro funcional atual, sob pena de afronta ao princípio da legalidade e da vinculação ao instrumento convocatório. Ademais, é imprescindível destacar a aplicação do princípio da vinculação ao instrumento convocatório, insculpido no art. 5º da Lei nº 14.133/2021, segundo o qual a Administração deve observar estritamente as regras e condições estabelecidas no edital do certame. Se o edital não exigiu, de forma expressa, como critério de habilitação, a comprovação do cumprimento da cota de Pcd's e reabilitados da Previdência Social para empresas não alcançadas pela obrigação legal, não se pode admitir a ampliação interpretativa para desclassificar empresa que atendeu fielmente aos requisitos editalícios. Ademais, exigir a aludida comprovação para empresas que estão desobrigadas ao cumprimento, seria ilegal. Nesse sentido, cumpre analisar Certidão emitida em 16 de julho de 2025, através do site oficial2 do Ministério do Trabalho e Emprego – MTE, em relação ao preenchimento das cotas da SOLIMÕES LTDA: (IMAGEM certidão MTE com DESOBRIGAÇÃO) Além disso, quanto à cota de aprendizes, a empresa está igualmente desobrigada, conforme dispõe o art. 56, inciso I, do Decreto nº 9.579/2018, com redação atualizada pelo Decreto nº 11.061/2022, que dispensa microempresas (ME) e empresas de pequeno porte (EPP) da obrigação de contratação de aprendizes, nos termos do art. 51, inciso III, da Lei Complementar nº 123/2006: Art. 56. Ficam dispensadas da contratação de aprendizes: I - as microempresas e as empresas de pequeno porte, nos termos do disposto no inciso III do caput do art. 51 da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006; Assim, impõe-se o indeferimento do recurso apresentado pela licitante FTE COMÉRCIO E SERVIÇOS LTDA, com a consequente manutenção da habilitação da empresa SOLIMÕES LTDA no certame. 3.5. DA MANUTENÇÃO DA HABILITAÇÃO E CLASSIFICAÇÃO DA EMPRESA SOLIMÕES LTDA NO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 543/2024 – EMPRESA LICITANTE QUE JÁ DEMONSTROU A EXEQUIBILIDADE DE SUA PROPOSTA ATRAVÉS DE DOCUMENTAÇÃO ROBUSTA – NOTAS FISCAIS E ATAS DE REGISTRO DE PREÇOS APRESENTADAS QUE EVIDENCIAM QUE O VALOR É PRATICADO PELA EMPRESA SOLIMÕES LTDA. A manutenção da habilitação da empresa SOLIMÕES LTDA no Pregão Eletrônico nº 543/2024 encontra respaldo jurídico nos princípios da legalidade, da vinculação ao instrumento convocatório e da busca pela proposta mais vantajosa, conforme estabelecido pela Lei nº 14.133/2021. Primeiramente, importante mencionar que o edital não estabelece percentuais mínimos para o BDI e encargos sociais. Além disso, a empresa SOLIMÕES LTDA encontra-se no Regime Tributário do Simples Nacional. Por outro lado, a empresa recorrida apresentou, no momento oportuno do certame, documentação robusta que atesta a exequibilidade de sua proposta, especialmente por meio de elementos concretos que demonstram a prática de preços compatíveis com os ofertados: (IMAGEM) Tal conduta evidencia a plena capacidade da empresa de cumprir com as obrigações contratuais nas condições ofertadas, o que reforça a regularidade de sua habilitação. A apresentação de notas fiscais e Atas de Registro de Preços referentes a contratações anteriores em condições semelhantes, constitui prova suficiente e idônea da efetiva prática dos preços ofertados. Estes documentos servem como elementos materiais que atestam que os valores propostos no certame não apenas estão em conformidade com os preços de mercado, como também já foram objeto de execução contratual satisfatória pela mesma empresa ou outras. Trata-se de prática consagrada na jurisprudência do Tribunal de Contas da União, que reconhece a validade de tais documentos para fins de aferição da viabilidade econômica das propostas. Além disso, a análise do conteúdo apresentado revela que os preços registrados não se distanciam dos parâmetros de mercado e refletem condições efetivamente praticadas pela empresa licitante, afastando qualquer alegação de inexecuibilidade ou tentativa de comprometimento da competitividade do certame. A empresa demonstra, com base documental concreta, que possui histórico de atuação com preços similares, o que confere confiabilidade à sua proposta. Dessa forma, a Administração atua em conformidade com o dever de objetividade na condução do processo licitatório, ao reconhecer a regularidade da habilitação da SOLIMÕES LTDA. No plano jurídico, impedir a habilitação de uma empresa que satisfaz os requisitos do edital e comprova, por documentação válida, a viabilidade de sua proposta, implicaria violação aos princípios da isonomia, da eficiência e da segurança jurídica, além de representar um desvio em relação ao interesse público. A jurisprudência e a doutrina reiteram que a Administração deve decidir com base em elementos objetivos, prestigiando o critério da vantajosidade e da capacidade comprovada do licitante. No presente caso, não há elementos

robustos que justifiquem a desclassificação da empresa SOLIMÕES LTDA, tendo em vista que esta comprovou, de forma objetiva e documental, a exequibilidade de sua proposta, mediante a apresentação de notas fiscais e Atas de Registro de Preços que evidenciam a prática dos valores ofertados em contratações similares. Dessa forma, é o entendimento do Tribunal de Justiça de Minas Gerais (TJ/MG), senão vejamos: TJ/MG – Julgado em: 03/08/2023. AGRADO DE INSTRUMENTO - MANDADO DE SEGURANÇA - LIMINAR - LICITAÇÃO - CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS DE ADVOCACIA - ALEGAÇÃO DE INEXEQUIBILIDADE DE PROPOSTAS E DE VÍCIO DE COMPETÊNCIA PARA A DECISÃO DO RECURSO ADMINISTRATIVO - PLAUSIBILIDADE NÃO DEMONSTRADA. 1. A desclassificação por inexecuibilidade deve ser objetivamente demonstrada, a partir de critérios previamente publicados, assegurando-se à licitante a demonstração da exequibilidade da proposta. Precedentes. 2. A suspensão do certame, à falta de indícios robustos que denotem a sua irregularidade, é gravemente prejudicial ao interesse público, princípio que deve nortear a solução de controvérsias dessa natureza - art. 5º, Lei nº 14.133/2021. (TJMG - AI: 10913077820238130000, Relator.: Des.(a) Carlos Henrique Perpétuo Braga, Data de Julgamento: 03/08/2023, 19ª CÂMARA CÍVEL, Data de Publicação: 10/08/2023). Assim, é plenamente justificada e juridicamente amparada a manutenção da habilitação da empresa SOLIMÕES LTDA no Pregão Eletrônico nº 543/2024, à vista da demonstração inequívoca da prática dos preços ofertados, comprovada por documentação concreta. A atuação administrativa, nesse sentido, observa os ditames legais e contribui para a efetivação de uma contratação eficiente, segura e conforme os interesses públicos envolvidos. 4. DOS PEDIDOS E REQUERIMENTOS Diante de todo o exposto e dos sólidos elementos legais, requer-se a Vossa Senhoria: (a) O desprovisionamento do Recurso Administrativo interposto pela licitante FTE COMERCIO E SERVICOS LTDA, na licitação do Pregão Eletrônico nº 90543/2024 lançado pela Superintendência Estadual de Compras e Licitações – SUPEL/RO, mantendo a habilitação e a classificação da proposta da empresa SOLIMÕES LTDA, pelas razões de defesa, princípios norteadores da licitação e da Legislação vigente, nos termos da fundamentação; (...) VI - DA DILIGÊNCIA JUNTO A JUCER Em sede de diligência com a Junta Comercial do Estado de Rondônia - JUCER, através do Ofício nº 5700/2025/SUPEL-COOBR Id. (0064020732), que é a Unidade responsável por registrar, organizar, arquivar e regularizar as atividades empresariais no estado, sendo responsável pelo registro de empresas, contratos sociais, alterações contratuais, balanços e a publicidade desses atos, além de realizar a emissão de certidões empresariais e serviço digital Empresa Fácil RO para abertura, alteração e baixa de empresas. Retornado os autos, foram obtidas as informações apresentadas abaixo: A empresa mencionada possui, até a presente data, os seguintes atos registrados nesta autarquia: Constituição; Declaração de enquadramento em microempresa: Seis alterações contratuais e Um Balanço Patrimonial referente ao exercício do ano 2023. Os documentos mencionados encontram-se disponíveis no anexo (0064263990). a) A autenticação de Livros Consta nesta Junta Comercial a autenticação de três livros diários, referentes aos exercícios de: 2022, 2023 e 2024, conforme anexo (0064263992). Esclarecemos que, conforme a Instrução Normativa DREI de nº 82/2020, alterada pelas INs nº 55 e 79, a competência da Junta Comercial, limita-se a verificação das formalidades extrínsecas dos dados constantes nos termos de abertura e encerramento do livro. Não compete à Junta Comercial a verificação dos lançamentos contábeis e nem a realização de análise acerca da forma e/ou composição da escrituração. Art. 7º A autenticação dos instrumentos de escrituração consiste na verificação das formalidades extrínsecas dos dados contidos nos termos de abertura e encerramento. § 1º A autenticação dos instrumentos pela Junta Comercial não a responsabiliza pelos fatos e atos neles escriturados, não sendo de competência dos órgãos de registro a análise das formalidades intrínsecas neles contidas. b) Arquivamento do balanço Patrimonial Quanto ao balanço Patrimonial arquivado, esclareço que a Junta Comercial analisa somente os dados cadastrais, conforme disposto na Instrução Normativa DREI nº 1 de 2024: "Seção I-A Do arquivamento de balanço" (NR) "Art. 10-B. Sem prejuízo da obrigação de manter e autenticar os livros contábeis, conforme previsão da Instrução Normativa DREI nº 82, de 19 de fevereiro de 2022, a critério exclusivo do empresário e das sociedades empresárias, poderá ser arquivado o balanço, que possui a natureza de documento de interesse. § 1º Não compete à Junta Comercial a verificação dos lançamentos contábeis e nem a realização de análise acerca da forma e/ou composição da escrituração. § 2º Para o arquivamento do balanço não é obrigatório que constem todas as demonstrações contábeis, devendo ser arquivado o documento apresentado pelo usuário. § 3º O arquivamento do balanço não responsabiliza a Junta Comercial pelos fatos e atos nele escriturados, não sendo de competência dos órgãos de registro a análise das formalidades intrínsecas nele contidas. § 4º É de competência da Junta Comercial a análise das formalidades legais e extrínsecas, se restringindo à verificação das informações cadastrais, dentre elas a indicação do nome empresarial, do número do CNPJ etc." (NR) c) Aumento do Capital Social Verificou-se que a empresa Solimões LTDA, realizou três alterações de capital social, ocorridas nas seguintes alterações contratuais: 2ª, 3ª e 6ª alteração. Encaminho ainda, no anexo (0064263994) a Certidão Simplificada, na qual constam todas as informações cadastrais da empresa atualizadas, conforme os atos arquivados nesta Junta Comercial. VII - DA ANÁLISE DOS FATOS pela Comissão de Obras - COOBR Trata-se de recurso administrativo interposto pela empresa FTE COMÉRCIO E SERVIÇOS LTDA pessoa jurídica inscrita no - CNPJ nº. 33.608.025/0001-21, ora recorrente, contra a habilitação da empresa SOLIMÕES LTDA pessoa jurídica inscrita no CNPJ sob o nº 45.919.060/0001-40, ora recorrida, para os itens 01, 04, 05, 06 e 13, deste Pregão 90543/2024/SUPEL/RO. Alega a recorrente, em síntese, que a habilitação da recorrida se deu de forma irregular porque contrariou disposições do próprio Instrumento Regedor do Certame. Aponta que às referidas irregularidades residem na qualificação econômico-financeira, além dos atestados de capacidade técnica apresentados pela empresa vencedora para os lotes em questão, que não possuem similaridade com o objeto licitado, sustentando a existência de irregularidades materiais e formais que deveriam ter conduzido à sua inabilitação. Para balizar seu argumento, afirma que a recorrida realizou sucessivos aumentos de capital social, sem comprovação de integralização efetiva em moeda corrente, indicando indícios de simulação para obter de vantagens no certame, configurando possível fraude à licitação. No mesmo nortee, sustenta que a recorrida se declarou como ME (Microempresa), mas com faturamento superior ao limite legal (R\$ 360 mil/ano), devendo ser enquadrada como EPP. Alegando ainda que apresentação de documentação incompatível com o porte configuraria ato lesivo à Administração. O inconformismo da recorrente recai ainda contra a Demonstração do Resultado do Exercício - DRE referente ao exercício de 2023, alegando inconsistências Trabalhistas e Tributárias, destacando as despesas com salários e FGTS, que não houve comprovação de recolhimento de INSS. Afirmando que essa omissão distorce a real situação financeira da empresa. Acrescenta ainda que o a empresa declarou cumprir as exigências legais de reserva de vagas para pessoas com deficiência, mas não apresentou certidão comprobatória do MTE. Por fim, requer que seja revista a decisão que habilitou a empresa SOLIMÕES LTDA para os itens 01, 03, 04, 05 e 13. Pois bem! Inicialmente, cumpre salientar que o edital que rege o presente certame estabeleceu, para fins de habilitação econômico-financeira, a obrigatoriedade de apresentação, pelos licitantes, dos balanços patrimoniais e demonstrações financeiras referentes aos dois últimos exercícios sociais, devidamente autenticados ou registrados no órgão competente. Alternativamente, no caso de empresas constituídas há menos de um ano, seria exigido o Balanço de Abertura. Ademais, restou determinado que os documentos deveriam comprovar patrimônio líquido mínimo equivalente a 10% (dez por cento) do valor estimado do item ou lote para o qual o licitante concorresse, em estrita observância às disposições editalícias. No cumprimento de tais exigências, a empresa SOLIMÕES LTDA apresentou os documentos contábeis pertinentes, demonstrando possuir patrimônio líquido de R\$ 342.152,30 (trezentos e quarenta e dois mil, cento e cinquenta e dois reais e trinta centavos) no exercício de 2023 e R\$ 2.061.089,60 (dois milhões, sessenta e um mil, oitenta e nove reais e sessenta centavos) no exercício de 2024, valores superiores ao limite mínimo exigido pelo edital, atendendo, portanto, ao requisito de qualificação econômico-financeira. No tocante à documentação societária, verificou-se a juntada da 6ª Alteração Contratual ids. (0064614904, págs. 5-11, e 0064615410, págs. 39-45), datada de 04 de abril de 2025, mediante a qual o capital social foi majorado de R\$ 800.000,00 (oitocentos mil reais) para R\$ 1.000.000,00 (um milhão de reais), modificação esta que, por sua natureza temporal, somente será refletida no balanço patrimonial do exercício de 2025, a ser apresentado no exercício subsequente (2026). Em análise preliminar, observou-se que a empresa apresentou dois balanços contábeis referentes ao exercício de 2023, sendo o primeiro registrado em 08/05/2024 e o segundo em 12/12/2024. Constatou-se, nesse último, a alteração do capital social de R\$ 45.000,00 para R\$ 800.000,00, sem, contudo, constar nota explicativa que justificasse a modificação. Em razão dessa aparente inconsistência, esta Pregoeira, em sede de diligência complementar, solicitou a apresentação da alteração contratual que formalizou a modificação do capital social, devidamente registrada na Junta Comercial do Estado de Rondônia, conforme consta do Relatório de Diligência sob id. (0064614904). Em resposta, a empresa apresentou a 4ª Alteração Contratual, registrada em 20/11/2023, que efetivou a alteração do capital social para o montante de R\$ 800.000,00, o que justificou a necessidade de retificação das demonstrações contábeis do exercício de 2023, porquanto o primeiro balanço (08/05/2024) ainda refletia o valor anterior de capital. Dessa forma, o segundo balanço (12/12/2024) passou a contemplar o valor atualizado. Após a interposição do recurso administrativo, em nova análise documental, verificou-se que a 2ª Alteração Contratual, registrada em 30/05/2023, fixou o capital social em R\$ 300.000,00 (trezentos mil reais), declarado como integralizado em moeda corrente nacional. Todavia, o livro diário apresentado não evidencia o registro contábil desse aporte, constando apenas o valor inicial de R\$ 45.000,00 (quarenta e cinco mil reais), datado de 01/01/2023, sob a rubrica "implementação de saldo". Constatou-se, ainda, que o balanço de 2023 indica o capital social como "subscrito", e não como "integralizado", revelando divergência entre os documentos societários e contábeis. Importa esclarecer que o capital subscrito representa o valor que os sócios se comprometem a integralizar, enquanto o capital integralizado corresponde ao montante efetivamente aportado à empresa. Não obstante as inconsistências formais apontadas, impende destacar o princípio da essência sobre a forma, consagrado na doutrina contábil, segundo o qual a substância econômica e financeira deve prevalecer sobre as formalidades meramente documentais. Tais divergências, portanto, indicam possível erro de classificação contábil, conforme orienta a Norma de Procedimento de Contabilidade (NPC) nº 27, que impõe a observância do regime de competência na elaboração das demonstrações financeiras. Consoante o art. 373, inciso I, do Código de Processo Civil, incumbe à parte autora demonstrar os fatos constitutivos de seu direito. No caso vertente, a recorrente não apresentou elementos probatórios concretos capazes de comprovar a alegada fraude contábil, limitando-se a deduzir meras conjecturas acerca de sucessivos aumentos de capital social. Ademais, a verificação da materialidade e autenticidade de aportes de capital extrapola a competência desta Pregoeira, sendo matéria afeta à esfera de auditores independentes, peritos contábeis e órgãos de fiscalização, tais como a Receita Federal e os Conselhos Regionais de Contabilidade. O juízo desta autoridade restringe-se à análise formal da documentação apresentada, conforme as exigências editalícias e os princípios da legalidade e do devido processo administrativo. Cumpre salientar que os documentos contábeis da empresa SOLIMÕES LTDA encontram-se regularmente registrados na Junta Comercial do Estado de Rondônia (JUCER), possuindo, portanto, presunção de autenticidade e veracidade, não sendo possível desconstruí-los sem prova robusta em contrário. Desse modo, não há nos autos comprovação inequívoca de que o aumento de capital tenha ocorrido de forma fictícia ou irregular, motivo pelo qual não se pode imputar qualquer conduta fraudulenta à licitante com base apenas em indícios ou suposições. Outrossim, destaca-se o princípio da presunção de boa-fé, aplicável à Administração Pública e a seus administrados, segundo o qual a existência de eventual erro formal não configura, por si só, dolo ou má-fé. No que tange à classificação da empresa como Microempresa (ME), a Lei Complementar nº 123/2006 foi instituída com a finalidade de conferir tratamento diferenciado, simplificado e favorecido às Microempresas e Empresas de Pequeno Porte, em consonância com os arts. 170, inciso IX, e 179 da Constituição Federal. O art. 47 da referida norma autoriza a concessão de benefícios e privilégios em licitações públicas, regra esta reproduzida no âmbito estadual pelo Decreto nº 21.675/2017, que regulamenta o tratamento favorecido às ME e EPP nas contratações públicas de bens, serviços e obras. Para tanto, a Lei Complementar nº 123/2006, em seu Art. 3º, §9º e §9-A, explicita a condição de ser ou não enquadrada como microempresa e empresa de pequeno porte, in verbis: Art. 3º Para os efeitos desta Lei Complementar, consideram-se microempresas ou empresas de pequeno porte, a sociedade empresária, a sociedade simples, a empresa individual de responsabilidade limitada e o empresário a que se refere o art. 966 da Lei no 10.406, de 10 de janeiro de 2002 (Código Civil), devidamente registrados no Registro de Empresas Mercantis ou no Registro Civil de Pessoas Jurídicas, conforme o caso, desde que: (...) II - no caso de empresa de pequeno porte, afuera, em cada ano-calendário, receita bruta superior a R\$ 360.000,00 (trezentos e sessenta mil reais) e igual ou inferior a R\$ 4.800.000,00 (quatro milhões e oitocentos mil reais). (...) § 9º A empresa de pequeno porte que, no ano-calendário, exceder o limite de receita bruta anual previsto no inciso II do caput deste artigo fica excluída, no mês subsequente à ocorrência do excesso, do tratamento jurídico diferenciado previsto nesta Lei Complementar, incluído o regime de que trata o art. 12, para todos os efeitos legais, ressalvado o disposto nos §§ 9º-A, 10 e 12. § 9º A. Os efeitos da exclusão prevista no § 9º dar-se-ão no ano-calendário subsequente se o excesso

verificado em relação à receita bruta não for superior a 20% (vinte por cento) do limite referido no inciso II do caput. Cumpre inicialmente destacar que, perante a Administração Pública, o enquadramento de uma sociedade empresária como Microempresa (ME) ou Empresa de Pequeno Porte (EPP) decorre de ato declaratório formalizado pela Junta Comercial do Estado de sua sede, mediante requerimento da própria empresa interessada. O procedimento é regulamentado pela Instrução Normativa DNRC nº 103/2007, a qual dispõe sobre o arquivamento da Declaração de Enquadramento de Microempresa e Empresa de Pequeno Porte, bem como da Declaração de Desenquadramento, quando cessadas as condições que autorizavam o benefício. Trata-se, pois, de ato de natureza auto declaratória, praticado sob a responsabilidade exclusiva da empresa requerente, "sob as penas da lei", sujeitando-a às sanções cabíveis em caso de declaração falsa ou omissiva. O referido enquadramento constitui requisito indispensável para a fruição dos benefícios previstos na Lei Complementar nº 123/2006, que instituiu o Estatuto Nacional da Microempresa e da Empresa de Pequeno Porte. A mencionada Lei Complementar tem por escopo fomentar o desenvolvimento econômico e a competitividade das pequenas unidades empresariais, assegurando-lhes tratamento diferenciado e simplificado nas contratações públicas, conforme seus arts. 42 a 49. Importante frisar que a legislação não estabelece distinção entre ME e EPP quanto aos benefícios licitatórios, razão pela qual ambos os enquadramentos gozam das mesmas prerrogativas legais. Com as alterações introduzidas pela Lei Complementar nº 147/2012, passou a ser obrigatória, para a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios, a realização de licitações exclusivas para MEs e EPPs nos itens cujo valor seja de até R\$ 80.000,00, nos termos do art. 48, inciso I, da LC nº 123/2006. No presente certame, todavia, observa-se que o valor individual dos itens supera o limite legal estabelecido, não se aplicando, portanto, o regime de exclusividade previsto na norma. Dessa forma, a licitação em análise é de ampla participação, permitindo a concorrência de empresas de qualquer porte, sem reserva de cota ou restrição de competitividade. Salienta-se que, para usufruir dos benefícios destinados às MEs e EPPs, a licitante deve declarar, sob as penas da lei, que cumpre os requisitos exigidos pela legislação, sendo de sua exclusiva responsabilidade requerer o desenquadramento quando ultrapassar os limites de faturamento definidos no art. 3º da LC nº 123/2006. Quanto aos limites de receita bruta anual, a legislação estabelece que: a Microempresa (ME) não poderá ultrapassar o valor de R\$ 360.000,00; a Empresa de Pequeno Porte (EPP) não poderá ultrapassar o valor de R\$ 4.800.000,00, considerando o ano-calendário de 1º de janeiro a 31 de dezembro. No caso sob análise, ainda que conste no CNPJ o enquadramento da empresa SOLIMÕES LTDA como Microempresa (ME), verifica-se, a partir da Demonstração do Resultado do Exercício (DRE) de 2023, que sua receita bruta anual supera o limite legal de R\$ 360.000,00, o que impõe o seu reenquadramento como EPP, nos termos da LC nº 123/2006. Contudo, tal circunstância não acarreta qualquer prejuízo ao certame, uma vez que o tratamento favorecido conferido às MEs e EPPs é idêntico, inexistindo distinção entre ambas para fins de participação em licitação. Além disso, o presente procedimento não é restrito a MEs/EPPs, tampouco há reserva de cota de até 25%, configurando procedimento licitatório de ampla concorrência. Assim, mesmo que seja reconhecida a necessidade de reenquadramento formal da empresa perante a JUCER e a Receita Federal, tal fato não implica vantagem indevida ou prejuízo à Administração Pública, nem enseja inabilitação, pois os benefícios legais da LC nº 123/2006 não foram aplicados ou utilizados no certame em tela. Diante disso, a alegação da recorrente não merece prosperar, eis que eventuais inconsistências formais relativas ao enquadramento não configuram irregularidade substancial capaz de macular o procedimento ou ensejar desclassificação, devendo a Administração observar os princípios da razoabilidade e da proporcionalidade na análise dos documentos. 1. Quanto às alegações sobre inconsistências contábeis e trabalhistas No tocante à suposta ausência de informações relativas ao recolhimento de INSS na DRE de 2023, a recorrente sustenta que a recorrida teria omitido valores referentes às contribuições previdenciárias, o que distorceria sua situação financeira. Cumpre observar que a atuação da Pregoeira deve limitar-se à verificação do cumprimento das exigências editalícias, não lhe competindo proceder a análise técnica ou pericial de natureza contábil e fiscal, a qual incumbe aos órgãos de controle especializados. No presente caso, verifica-se que a empresa SOLIMÕES LTDA apresentou Balanço Patrimonial e DRE assinados, acompanhados da documentação exigida pelo edital. A recorrente, por sua vez, não comprovou de forma inequívoca qualquer irregularidade material, apresentando inclusive documento referente ao exercício de 2022, o qual não guarda pertinência com o exercício exigido (2023). Ademais, a recorrida comprovou inexistência de débitos tributários, afastando a alegação de inabilitação. Ressalte-se que a verificação fiscal e tributária extrapola a competência da pregoeira, sendo de atribuição exclusiva dos órgãos de fiscalização competentes. 2. Quanto à alegação de descumprimento da cota legal para pessoas com deficiência No que tange à suposta ausência de comprovação do cumprimento da cota legal de pessoas com deficiência, a recorrida apresentou Certidão do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE), atestando estar desobrigada de tal exigência. Referida condição foi confirmada por esta Pregoeira mediante diligência formal, comprovada pela Certidão MTE id. (0065260355), emitida diretamente no portal do Ministério. Cumpre registrar que o edital não exige a apresentação de certidão do MTE como condição de habilitação. O item 12.4.1.1, alínea "c", limita-se a requerer declaração de cumprimento das exigências legais, o que foi devidamente atendido pela empresa tanto no sistema Compras.gov quanto por meio de documento físico id. (0061952943). Assim, as alegações da recorrente não encontram respaldo fático ou jurídico, uma vez que todos os requisitos editalícios foram observados pela recorrida. 3. Quanto à alegação de ausência de diligência da Pregoeira No tocante à alegação de que a Pregoeira teria se omitido em realizar diligências para elucidar eventuais irregularidades contábeis, destaca-se que tal afirmação não procede. Conforme consta dos autos, foi efetivamente realizada diligência durante a sessão pública, devidamente registrada no Relatório de Diligência id. (0062052502, em conformidade com o art. 64 da Lei nº 14.133/2021, que confere ao pregoeiro a prerrogativa de solicitar esclarecimentos e complementações de documentos. A pregoeira, agindo com zelo e observância aos princípios da legalidade, moralidade, transparência e eficiência, requisitou a apresentação da alteração contratual registrada na JUCER, relativa à modificação do capital social, demonstrando atuação diligente e regular. 4. Quanto à verificação junto à Junta Comercial - JUCER Em reanálise dos documentos apresentados, constatou-se que o Balanço Patrimonial do exercício de 2024 continha apenas o protocolo nº 250255456, de 23/05/2025, sem código de verificação. Diante dessa dúvida quanto à autenticidade, esta Superintendência Estadual de Licitações - SUPEL expediu o Ofício nº 5700/2025/SUPEL-COOBR id. (0064020732), em 09 de setembro de 2025, solicitando à JUCER a confirmação da validade e do registro dos balanços referentes aos exercícios de 2023 e 2024. A JUCER, por meio do Ofício nº 1380/2025/JUCER-GAB id. (0064614904), datado de 11 de setembro de 2025, informou que a empresa SOLIMÕES LTDA possuía registro apenas do balanço relativo ao exercício de 2023, não havendo registro do exercício de 2024, ainda que o documento tenha sido devidamente protocolado. O item 12.3 do Edital estabelece expressamente que: 12.3. DA QUALIFICAÇÃO ECONÔMICA FINANCEIRA 12.3.1. Certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor central do Fórum da sede da empresa Licitante, com data não anterior a 90 (noventa) dias antes da data de apresentação dos Documentos de Habilitação quando não determinado no corpo da certidão. 12.3.1.1. Será permitida a participação de empresas em recuperação judicial, desde que apresentem plano de recuperação devidamente homologado pelo Juízo competente, em conformidade com a Orientação Administrativa 02 da Procuradoria Geral do Estado de Rondônia (Portaria nº 346 de 30 de julho de 2024). A documentação comprobatória deverá ser anexada à proposta, sob pena de inabilitação. 12.3.2. Para comprovar a boa situação financeira da LICITANTE, essa deverá apresentar o BALANÇO PATRIMONIAL com demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis dos 2 (dois) últimos exercícios sociais, que comprovem a boa situação financeira da empresa, vedada a sua substituição por balançamentos ou balanços provisórios, podendo ser atualizados por índices oficiais quando encerrado há mais de 3 (três) meses da data de apresentação da proposta; Verifica-se que o documento contábil apresentado pela empresa recorrida não atende às formalidades legais exigidas pelo Código Civil nem às condições estabelecidas no Instrumento Convocatório, uma vez que o Balanço Patrimonial referente ao exercício de 2024 não se encontra regularmente registrado na Junta Comercial do Estado de Rondônia - JUCER, requisito essencial para a comprovação da qualificação econômico-financeira da licitante. Ressalta-se que o registro do Balanço Patrimonial na Junta Comercial constitui ato formal indispensável à validade do documento, conforme preceituam os arts. 1.150 e seguintes do Código Civil, bem como representa garantia de autenticidade e publicidade das demonstrações contábeis apresentadas. Sua ausência compromete a verificação da situação econômico-financeira da empresa, em afronta direta ao princípio da vinculação ao instrumento convocatório, que impõe à Administração o dever de observar rigorosamente as regras e condições previamente estabelecidas no edital. ATESTADOS DE CAPACIDADE TÉCNICA Após análise, verificou-se que os atestados de capacidade técnica apresentados não comprovam parcialmente o fornecimento de materiais suficientes e compatíveis com o objeto licitado, contrariando o item 12.4.3 do Edital, que exige demonstração de fornecimento de materiais pertinentes e compatíveis em características e quantidade com o objeto de cada grupo. Os documentos apresentados limitam-se ao fornecimento de brita, areia, cimento, pedrisco, pó de brita e pedra mão, não contemplando materiais de cabeamento estruturado exigidos, especialmente no lote 13, o que configura descumprimento das exigências editalícias e do art. 67, §2º, II, da Lei 14.133/2021. Dessa forma, considerando o descumprimento do item 12.3 do Edital, que exige a apresentação de Balanço Patrimonial devidamente registrado na Junta Comercial, e tendo em vista a impossibilidade de convalidação posterior de irregularidade dessa natureza sem prejuízo à isonomia entre as licitantes, decidido pela INABILITAÇÃO da empresa SOLIMÕES LTDA, por inobservância das exigências editalícias relativas à habilitação econômico-financeira. Diante disso, restou configurada a violação aos princípios da legalidade, do julgamento objetivo e da vinculação ao instrumento convocatório (art. 5º da Lei 14.133/2021), conforme entendimento doutrinário e jurisprudencial pacificado, que impõe a desclassificação de licitantes que não comprovem a capacidade técnica exigida. Assim, conclui-se pela inabilitação da empresa SOLIMÕES, com a consequente convocação da empresa subsequentemente classificada, a fim de resguardar a observância das normas editalícias e a lisura do procedimento licitatório. A presente decisão reflete o dever de estrita observância à legalidade e à vinculação ao edital, reafirmando o compromisso desta Administração com os princípios da moralidade, isonomia, impessoalidade e segurança jurídica que norteiam os procedimentos licitatórios. Cumpre salientar que a apresentação posterior de documentos substitutivos ou retificadores não seria admissível, sob pena de violação ao princípio da igualdade entre os concorrentes e comprometimento da integridade do certame, razão pela qual a irregularidade constatada não comporta saneamento. Por conseguinte, o exercício do princípio da autotutela administrativa revela-se medida necessária e legítima, nos termos das Súmulas 346 e 473 do Supremo Tribunal Federal, segundo as quais a Administração Pública tem o poder-dever de anular seus próprios atos quando eivados de ilegalidade, independentemente de provocação judicial, preservando a lisura, a transparência e o interesse público. Tal princípio possui previsão em duas súmulas do STF, a 346, que estabelece que "A Administração Pública pode declarar a nulidade dos seus próprios atos", e 473, que dispõe o seguinte: Súmula nº 473: A Administração pode anular seus próprios atos, quando eivados de vícios que os tornam ilegais, porque deles não se originam direitos; ou revogá-los, por motivo de conveniência ou oportunidade, respeitados os direitos adquiridos, e ressalvada, em todos os casos, a apreciação judicial. E ainda, conforme consta no art. 53 da Lei 9.784/99: "A Administração deve anular seus próprios atos, quando eivados de vício de legalidade, e pode revogá-los por motivo de conveniência ou oportunidade, respeitados os direitos adquiridos." A autotutela administrativa configura prerrogativa inerente ao Poder Público, compreendendo dois aspectos distintos de sua atuação: a) Legalidade: corresponde à faculdade - dever da Administração de promover, de ofício ou mediante provocação, a anulação de atos administrativos eivados de ilegalidade, em observância aos princípios da legalidade e da moralidade; b) Mérito: refere-se ao poder de reexaminar atos válidos quanto à conveniência e à oportunidade de sua manutenção, modificação ou revogação, conforme o interesse público. No que tange ao aspecto da legalidade, a Lei nº 9.784/1999, que regula o processo administrativo no âmbito da Administração Pública Federal e é aplicada subsidiariamente aos entes estaduais e municipais, estabelece que a Administração deve anular seus próprios atos quando ilegais, independentemente de provocação externa. Trata-se, portanto, de poder - dever de autotutela, consagrado também nas Súmulas nº 346 e nº 473 do Supremo Tribunal Federal, que atribuem à Administração a competência para anular atos ilegais e revogar aqueles que se tornem inconvenientes ou inoportunos. No presente caso, os argumentos apresentados pelas recorrentes demonstraram-se juridicamente relevantes, apresentando fundamentos suficientes para ensejar a reavaliação da decisão anteriormente proferida por esta Pregoeira no âmbito do certame em epígrafe. Em análise minuciosa dos autos e dos documentos acostados, verificou-se que a empresa recorrida não atende integralmente às exigências editalícias, o que impõe a necessidade de revisão do ato de habilitação anteriormente proferido, a fim de restabelecer a legalidade e a isonomia entre as licitantes. Assim, constatado vício apto a ensejar a nulidade parcial do ato administrativo, impõe-se o seu saneamento mediante a reformulação da decisão, em estrita observância ao princípio da autotutela. Dessa forma, diante dos fatos e fundamentos expostos, prola-se a decisão a seguir delineada. VI – DA DECISÃO Diante de todo o exposto, e com fundamento nas razões de fato e de direito acima delineadas, esta

Pregoeira, amparada na documentação constante dos autos, nas regras do Edital e na legislação aplicável à espécie, delibera pelo recebimento dos recursos interpostos, considerando-os tempestivos. No mérito, após análise detida das questões suscitadas, e em estrita observância aos princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade, eficiência, supremacia do interesse público, probidade administrativa, igualdade, transparência, eficácia, motivação, segurança jurídica, razoabilidade, proporcionalidade, competitividade, economicidade, desenvolvimento nacional sustentável, vinculação ao instrumento convocatório e julgamento objetivo, esta Pregoeira julga PARCIALMENTE PROCEDENTE o recurso interposto pela empresa FTE COMÉRCIO E SERVIÇOS LTDA, referente aos itens 01, 04, 05, 06 e 13, REFORMANDO-SE, em consequência, a decisão que havia habilitado a empresa SOLIMÕES LTDA nos referidos itens. Assim, restam preservados os princípios da legalidade e da isonomia, reafirmando o compromisso desta Administração com a lisura, transparência e integridade do processo licitatório. Porto Velho, 06 de outubro de 2025. ERALDA ETRA MARIA LESSA Pregoeira COOBR/SUPEL-RO
